



ATA N.º 21/XI-2º/2014-15

1 - Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, pelas 21H00, no Pavilhão Gimnodesportivo da Sociedade Recreativa União Pragalense, sito na rua Sociedade Recreativa Pragalense, no Pragal, realizou-se a Terceira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de dezembro, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia

----- Continuação -----

3.5 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

- 3.5.1 - “Opções do Plano do Município para 2015”;
- 3.5.2 - “Orçamento do Município para 2015”;
- 3.5.3 - “Mapa de Pessoal do Município”;
- 3.5.4 - “Opções do Plano dos SMAS para 2015”;
- 3.5.5 - “Orçamento dos SMAS para 2015”;
- 3.5.6 - “Mapa de Pessoal dos SMAS”;

3.6 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

- 3.6.1 - Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da União de Freguesias de Almada, Cacilhas, Cova da Piedade e Pragal;
- 3.6.2 - Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da União de Freguesias da Caparica e Trafaria;
- 3.6.3 - Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreira;
- 3.6.4 - Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da Freguesia da Costa da Caparica;
- 3.6.5 - Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó.

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato Programa com a ECALMA-EM”

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento para preenchimento de postos de trabalho para Fiscal Municipal”



- 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento para preenchimento de postos de trabalho para Auxiliar de Ação Educativa e alteração ao Mapa de Pessoal para 2015 da Câmara Municipal”
- 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Regulamento do Bairro da Nossa Senhora da Piedade - Obras de Edificação”
- 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “programa Municipal de Emergência Social”
- 3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “plano Municipal para a Igualdade de Género
- 2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.
- 4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:
- 4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:
- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 19 de dezembro de 2014, (Ent. 2503/XI-2º), (**Conforme Anexo I**).
 - O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Coelho Revés, com ausência nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2410/XI-2º), (**Conforme Anexo II**).



- O Senhor Deputado Municipal José Alberto Azevedo Lourenço, com ausência nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2551/XI-2º), (**Conforme Anexo III**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 19 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2599/XI-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 19 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2595/XI-2º), (**Conforme Anexo V**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 19 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2596/XI-2º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal João Rafael Faustino de Almeida, com ausência nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, (Ent. nº 2500/XI-2º), (**Conforme Anexo VII**).

4.1.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, do eleito Sr. Carlos Manuel Coelho Revés, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).
- O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, do eleito Sr. José Alberto Azevedo Lourenço e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos X, XI e XII**).
- O Candidato Senhor Joaquim Machado Duarte, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, da eleita Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho e por impedimento da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro (do PEV), do cidadão Sr. Mário Filipe Burrica Nunes de Castro, do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa, da cidadã Sr.ª Ana Isabel Ricardo Pato Estevens e do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIII, XIV, XV, XVI e XVII**).
- A Candidata Senhora Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVIII**).



- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, da eleita Sr.^a Ana Marques Serra e Moura Salvado, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIX)**.

- A Candidata Senhora Ana Catarina Ribas Lopes, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 19 de dezembro, do eleito Sr. João Rafael Faustino de Almeida, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX)**.

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, e Charneca de Caparica e Sobreda, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes dos respetivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Senhora Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett e pela eleita na Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, Senhora Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca, **(Conforme Anexos XXI e XXII)**.

4.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Manuel Cândido de Araújo Pedreira, residente na rua D. João de Castro, nº 102 4º Dtº, 2800-105 Almada.

5.1.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Manuel Cândido de Araújo Pedreira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu chamo-me Manuel Pedreira, sou Professor Aposentado do Ensino Secundário, moro no Pragal há 42 anos e estou aqui hoje pela primeira vez nesta Assembleia. Eu moro no Edifício aqui no Pragal em frente à Polícia, o número 102 da rua D. João de Castro. O motivo que aqui me traz, como digo, pela primeira vez venho a esta Assembleia, tenho privilegiado sempre o diálogo com a Câmara, reconheço que esta Câmara desde que eu aqui apareci em julho de 1972 tem feito muita obra e acho que o saldo é extremamente positivo. Mas sempre que há falhas e que me sinto no direito de as contestar, tenho-o feito, sempre por escrito, na devida altura. Nem sempre tenho obtido a resposta que gostaria, mas tenho-o feito sempre no bom sentido da construção. Neste momento aquilo que me traz e porque já por muitas vezes tentei resolver o assunto, devo dizer que este assunto que aqui me traz que é



o estacionamento junto ao prédio onde vivo, estacionamento automóvel, é tratado com a Junta e com a Câmara desde 2001. E é por essa razão sobretudo, porque a paciência das pessoas que vivem no meu prédio esgotou-se, e aquilo que vem acontecendo de algum tempo a esta parte com as sistemáticas intervenções da Polícia e da ECALMA, confesso que infelizmente mais da ECALMA do que da Polícia, até porque eu não tenho nada contra os polícias, tenho lá antigos alunos e amigos e não é isso que se trata, só que é talvez mais difícil aos polícias quando nos multam, multarem-se a si próprios porque têm lá os carros deles ao lado. Mas a ECALMA tem aparecido ultimamente depois de algum período de mais sossego neste último ano, aparece-nos há três ou quatro dias a pôr avisos no estacionamento dos carros junto ao prédio. O que acontece é que sistematicamente nos dizem “os Srs. estão mal estacionados, estão em cima do passeio” e eu sistematicamente lhes digo que não estou em cima do passeio, porque se aquilo existe como passeio não foram os moradores que o fizeram e sempre ali estive, desde que eu ali vivo, vivo sempre no mesmo prédio, no mesmo número, no mesmo andar, desde que eu ali vivo sempre houve estacionamento à porta que depois foi alterado. Quando eu cheguei a Almada estacionávamos à porta, ainda em terreno batido, a Estrada Nacional 377 passava ali. Depois houve arranjos na estrada, cortaram-nos essa possibilidade e indicaram-nos um estacionamento que fizeram do lado de lá da rua, disseram que podíamos estacionar lá. Posteriormente foi construída a Esquadra de Almada e então deixámos de poder estacionar lá porque aquilo ficou para a Esquadra da Polícia. Entretanto pedimos em 2001, junto da Junta de Freguesia, que aliás recebeu-nos sempre com muita consideração e sempre no sentido de resolver esse problema. E tentaram resolver esse problema e informaram-nos que estavam em estudo projetos de alteração das ruas e que isso ia ser considerado. Claro que não foi considerado e à minha porta fizeram sim um passeio para aí com sete, oito metros de largura, desnecessário, mas nada de estacionamento. Reclamámos na altura na Junta o Sr. Mourinho intercedeu por nós e fez várias tentativas de resolver o problema. Eu não sei se aquele passeio ou por uma questão, que me desculpem os Srs. Arquitetos, Engenheiros, mas aquilo precisa de ser funcional, precisa de estética ali. Não fizeram de facto estacionamento. A naturalidade dos moradores é continuarem a estacionar, é continuarem a estacionar ali, até porque não têm outro sítio e não têm outro sítio porquê? O argumento é, mas têm mais abaixo e mais acima têm sítios de estacionamento. Pois temos, mas estão normalmente ocupados por pessoas que não



têm direito ao estacionamento e aí a ECALMA não aparece a multá-las, porque se o fizesse todos os dias, nós se calhar nem precisávamos de utilizar o tal passeio que é à frente da nossa porta.

Devo lembrar que neste prédio hoje vivem pessoas já mais velhotas, como eu, que precisam muitas vezes de descarregar os seus carros das compras que fazem, porque não podem também fazer percursos grandes, alguns têm dificuldades e portanto nós não nos importamos de estacionar mais abaixo ou mais acima. E se sistematicamente nos aparecem à porta a dizerem que vão multar, desta vez ainda não multaram, mas já ameaçaram que vão multar brevemente, para tirar os carros de lá, parece que embora nós estejamos a morar ali há 42 anos, estamos sistematicamente a ser tratados como indivíduos que estão sempre a tentar dar o golpe, a estacionar em cima do passeio. Não é verdade.

As pessoas que vivem no meu prédio são pessoas de bem, tentam respeitar as Leis e as regras. É difícil muitas vezes junto dos agentes da ECALMA e da própria Polícia estarmos a explicar a situação, o que acontece muitas vezes é que mesmo nós tentando estacionar em cima desse passeio que eu nunca considereei como passeio, acontece que muitas vezes nem aí temos lugar. Não temos porque são ocupados por outras pessoas. Só que depois a multa vem para toda a gente igual. E cada vez as pessoas se sentem desiludidas. Eu devo dizer que tanto o Condomínio, como a Administração tentaram de várias formas resolver este problema. Há cinco anos houve mesmo situações complicadas de grande discussão e eu próprio muitas vezes me zanguei com pessoas da ECALMA e da própria Polícia, porque estavam digamos a exagerar na forma como estavam a atuar. Fiz tentativa de toda a ordem e aquela que me custou mais a engolir pela sua não resolução, ainda bem que está aqui o Sr. Vereador Rui Jorge, foi da falta de cumprimento daquilo que combinou connosco em relação à solução daquele problema. Eu fiz duas reuniões formais com a Autarquia, em 2006 e em 2010. Em 2010 estava eu, o Sr. Manuel Agostinho meu vizinho do 5º andar, o Sr. Vereador Rui Jorge e o Sr. Administrador da ECALMA Santos Silva. Quando pusemos o problema tentámos solucionar e a nossa proposta na altura foi que seria fácil marcar o chão daquele espaço que sempre foi dos moradores e pôr lá uma placa a dizer “Residentes” e não estaria totalmente o problema resolvido porque muitas continuam as pessoas a lá estacionar, há ali vários serviços à volta, como sabem e há de facto dificuldade de estacionamento. Mas os vizinhos vão facilitando uns aos outros e vão resolvendo o problema. Há algum tempo aquilo estava mais



calmo, mas agora não sei se é prémio de Natal, apareceu outra vez a ECALMA, muito agressiva a dizerem para tirarem imediatamente os carros que iam ser multados, apareceu depois também um Polícia e nós sentimo-nos de facto, desculpem o termo, mal tratados, sem merecer.

Na última reunião que fizemos em 2010 propusemos essa solução que não foi aceite pelo Sr. Vereador e pelo Sr. Santos Silva. Eu sugeri depois que aproveitássemos o estacionamento de 3 horas logo a seguir ao restaurante Geraldo, e o Sr. Santos Silva também sugeriu que talvez pudesse dar um jeito na rua Câmara Pestana. Ficámos com essa ideia de consenso, essa solução. O Sr. Vereador disse que ia tentar estudar melhor o assunto em pormenor e que brevemente nos dizia. 2010, faz no próximo cinco anos, não sei se o estudo é assim tão complicado, Sr. Vereador desculpe, mas de facto nunca respondeu a cartas registadas com aviso de receção, é seu dever e obrigação. Várias tentativas de telefonemas para contata-lo, saber o que é que se passava, nunca resultaram até que desisti. E nestes últimos dias de facto o cálice transbordou e eu resolvi vir aqui apresentar esta questão, que eu julgo que terá solução fácil. E se é para multar e se mesmo considerem então em definitivo que aquilo que ali está é um passeio, que não o é nem nunca foi, mas mesmo que considerem, então quando têm que multar multem toda a gente. Os Polícias, os que não são Polícias, toda a gente. Ainda há dois dias junto de uma agente da ECALMA lhe disse porque é que não multava aqueles carros que ali estavam e ela disse “O Sr. não deve viver neste mundo, então vou multar os Polícias?” É assim. A dificuldade de estacionamento foi de tal ordem em determinada altura que eu fui aos serviços da ECALMA perguntar se podia estacionar no estacionamento acima da Esquadra da Polícia, e aquilo que me disseram foi “ali ao pé, a 30 metros da sua casa ninguém vai multar”. Perguntei à mesma agente “por hoje passa, isto aqui é da área do Pragal e o Sr. pertence à área de Almada Ocidental”.

Portanto estamos nisto meus Srs.. Eu lamento que o problema sobretudo não tenha tido resposta e isso de facto é imperdoável, e queria trazer a esta Assembleia de facto a ideia de que não é com conflitos que se resolvem estas questões. Há que multar, multem todos, mas todos, porque assim sempre arranjamos lugares onde temos direito a estacionar.

Eu pedia ao Sr. Presidente se aceitava, trago aqui umas fotocópias de algumas comunicações que tive com a Câmara e com a Junta de Freguesia.”



5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma ou duas palavras de, não exatamente de resposta, mas de explicação de algumas das situações que o Sr. José Manuel Pedreira aqui colocou e tentativa de encontrarmos aqui alguma saída para isto.

O problema começa há um tempo atrás quando foram feitos os Regulamentos de Estacionamento em que foi discutido com a população do Pragal o estacionamento na zona do Pragal e na Quinta da Horta. Foi colocado em discussão pública com os residentes no mesmo momento em que foi colocado em várias outras zonas da cidade, Almada Ocidental, Almada Centro, etc. e os residentes do Pragal recusaram, do Pragal e da Quinta da Horta, em Assembleia connosco, na altura ainda não era eu Vereador desta área, era o Vereador José Gonçalves, eu era adjunto do Vereador José Gonçalves na altura, e recusaram em plenário aceitar uma solução de regulamentação daquela área. A regulamentação foi explicada na altura, permitia reservar os lugares todos como lugares de residentes atendendo a que ali não existe praticamente comércio e serviços e ficariam poucos lugares reservados, tarifados, não existiriam propriamente, só existiriam nas zonas mais afetas a comércio e serviços ali na zona. Portanto a José Clavine, D. João de Castro, etc.. Não foi aceite a opção, não foi aceite com o argumento que sempre se regularam ali, não havia necessidade de regulamentação nenhuma e que a coisa se resolveria. O problema é que as outras zonas foram de facto regulamentadas, a D. João de Castro é regulamentada, a José Clavine é regulamentada, há a tentativa de fugir para as zonas de fronteira onde está exatamente o prédio onde o Sr. mora, isso é evidente que traz para ali, junto com a grande ocupação que uma Superesquadra que ali existe com aquele número de Polícias, também traz em termos de agentes das forças policiais que ali têm o carro e mesmo carros oficiais da própria Polícia, traz uma ocupação dos espaços de estacionamento que a tentativa é de fuga exatamente para essa rua onde o seu prédio faz esquina. E se é verdade que a zona não está reservada a residentes, uma coisa que ali se aplica, não é o regulamento municipal, mas é o Código da Estrada.



Independentemente da consideração que nós possamos fazer ou não sobre um passeio que temos à porta, o Código da Estrada proíbe o estacionamento em cima do passeio, portanto legítima a qualquer agente da autoridade em termos de estacionamento possa multar e dificilmente podem ser dadas orientações para não o fazerem, porque não é possível legalmente dar orientações a um agente para intervir nessa direção ou intervir naquela. O que precisamos de encontrar é uma solução e o que disse na altura, recusámos como é evidente, não o fazemos, hoje não o fazemos e soluções dessa natureza que existiram no passado estão a ser emendadas, recusamos marcar estacionamento em cima de um passeio, obviamente. Um passeio é para passar, não é para estacionar. É para um peão passar. Aliás, temos tido várias reclamações exatamente no sentido de querer e muito legitimamente que a Câmara e estamos envolvidos num Plano de Promoção das Acessibilidades que a Câmara propõe e coloque os passeios, os caminhos mais acessíveis para quem tem mais dificuldades de locomoção, não é necessário pessoas portadoras de deficiência podem ser pessoas com carrinhos de bebé. Portanto, não é num passeio que se vai marcar um estacionamento, isto parece-me evidente, contraria tudo o que é o nosso entendimento de mobilidade. Nesse sentido o que se tem que encontrar ali é uma solução de reserva de lugares para os residentes daquela área.

Nós estamos neste momento a considerar, já fizemos, já entrevistamos no sentido de fazer alterações aos Regulamentos Municipais em termos de trânsito e estacionamento, já o fizemos com o Regulamento Geral, criámos um Regulamento da Costa da Caparica e estamos neste momento a considerar um compromisso também que temos de aumentar as zonas regulamentares e estudar melhor as zonas regulamentadas e alterá-las para envolver outras localizações.

Portanto, penso que a situação aqui vai passar exatamente no caso dos residentes, reservar lugares de residentes nessa rua que permita que os Srs. estacionem bem e que os lugares não sejam ocupados por pessoas que não são ali residentes, durante o dia. Essa é uma das soluções. A outra solução passará também por uma conversa que estamos disponíveis para promover junto da PSP, que também tem ali de facto uma ocupação bastante apreciável de lugares de estacionamento, para tentar perceber que entre o estacionamento que têm disponível no interior da Esquadra e alguns lugares reservados não é possível permitir libertar ali alguns lugares de estacionamento em frente à própria Polícia e nas imediações, de forma a que este tipo de estacionamento não fique todo ocupado e inevitavelmente aconteçam situações



de conflito. O compromisso de tentar não intervir muito nesta área penso que tem existido, não me parece que tal tenha acontecido, aliás o próprio testemunho que aqui traz, não houve multas, houve sim avisos, avisos que iriam existir infrações se continuassem a estacionar indevidamente. Portanto, tem havido de alguma maneira o cumprimento daquilo que ficou combinado na altura que é tentar agir com bom senso enquanto não se encontrar uma boa regulamentação para aqueles lugares de estacionamento, coisa que estamos empenhados em fazer, aliás há aqui nesta zona algumas ruas que são problemáticas como é por exemplo o caso da rua Galileu Saúde Correia com imenso comércio, com imensos serviços e com uma ocupação excessiva em que os residentes também colocam exatamente situações desta natureza.

Portanto, vamos avaliar e acho que encontraremos nos Regulamentos, na Regulamentação Municipal as respostas para os problemas que aqui nos trouxe.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 54, 55, 56, 57, 58 e 59/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 29/10/2014, sobre “Opções do Plano do Município para 2015”, “Orçamento do Município para 2015”, “Mapa de Pessoal do Município”, “Opções do Plano dos SMAS para 2015”, “Orçamento dos SMAS para 2015” e “Mapa de Pessoal dos SMAS”, e informação sobre situação económica e financeira do Município de Almada referente ao 1º semestre de 2014 do Auditor Externo Mazars Associados, SROC, S.A., respetivamente, (continuação da reunião anterior), **(Conforme Anexos XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI e XXXII, constantes da Ata Nº 20/XI-2º).**

6.1.1 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luís Palma, Pedro Matias, Carlos Guedes, Luísa Ramos, António Pedro Maco, Nuno Matias, José Joaquim Leitão, Eva Gomes, o Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.1.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma, Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queremos começar por saudar a luta dos Professores que mais uma vez se viram confrontados na sua dignidade profissional pela aplicação de uma prova de avaliação de capacidade e conhecimento para acesso à carreira, quando esta habilitação é certificada pelas instituições de ensino superior de formação de professores. Quanto



aos documentos em apreciação importa referir que há aproximadamente quarenta anos que a Câmara Municipal de Almada tem vindo a desenvolver um trabalho contínuo na melhoria e no reforço do sistema educativo, assim como do Parque Escolar do Concelho, assumindo desta forma um dos mais importantes pilares da nossa sociedade, a educação. Valorizando com a obra realizada num vasto plano os compromissos com Abril e o seu projeto autárquico.

O Documento das Grandes Opções do Plano para 2015, no eixo estratégico para a educação, formação e conhecimento orienta o caminho para a promoção e defesa do sistema educativo público, universal e de qualidade. Qualidade que assenta no cumprimento estabelecido pela Carta Educativa, qualidade que se reforça no respeito à classe docente. O Plano afirma a ligação à comunidade educativa do pré-escolar ao ensino superior, não esquecendo a formação profissional e o ensino ao longo da vida. Alarga a oferta formativa em diversas áreas do conhecimento e assume o acompanhamento da componente das atividades de enriquecimento curricular para os mais novos.

Alguns nesta Assembleia, terão outras opiniões, respeitamos. Mas quando falamos de desonestidade intelectual devemos pôr a mão na consciência, refletir nos ataques que têm sido feitos à educação, às suas classes profissionais, à sociedade em geral e com humildade reconhecer o trabalho que esta autarquia tem realizado nesta área e continuará a realizar com considerável empenho, mesmo perante os ataques de medidas emanadas dos Governos. Almada continuará sempre a elevar a educação, bandeira fundamental para o desenvolvimento do País, da nossa juventude e das populações.”

6.1.1.2 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria dar nota, porque ontem a Assembleia Municipal terminou já bastante tarde e não foi possível a minha intervenção e gostaria hoje de reposicionar aquilo que era a minha reflexão de ontem à noite.

Eu vinha aqui falar um pouco também sobre o Plano de Emergência Social, no enquadramento do Orçamento que me parece ser uma boa medida e que acho que é pertinente nos dias de hoje. Li com atenção a proposta de deliberação e parece-me também que no enquadramento do próprio Orçamento era possível e acho que é possível ainda a Câmara Municipal ir mais longe relativamente a esta matéria. Nós vivemos tempos muito difíceis, temos uma sociedade cada vez mais de excluídos,



cada vez mais pobres, cada vez mais pessoas com mais dificuldade de terem acesso à alimentação, à energia, à água. A cada dia que passa temos um tempo mais doloroso para aqueles que ficam de fora desta sociedade e por isso este Plano de Emergência Social é pertinente, e eu queria dar nota aqui de uma questão, apesar do Partido Socialista defender que, e o meu Camarada ontem, José Leitão, já indicava isso, que este Orçamento é um Orçamento que não tem ambição, é um Orçamento que falta algum rasgo e alguma visão para os próximos anos. No nosso entender é um bocadinho... da de 2014. Mas esta questão eu acho que era pertinente, e a forma como foi construída com alguns parceiros, mas acho que a Câmara Municipal aqui podia também, tem meios próprios, tem capacidade para o fazer, é possível ter uma atitude proactiva, porque os desfavorecidos, aqueles que estão excluídos neste momento da sociedade, têm por vezes dificuldade em dirigir-se aos parceiros, têm dificuldade por vários motivos, alguns são óbvios, mas era importante que o Município conseguisse ter uma sinalização no Concelho de algumas famílias e de alguns bairros que era importante sinalizar. Eu ontem ouvi aqui também e isto vem um bocadinho enquadrado com a posição do Sr. Deputado Nuno Matias, ontem à noite, relativamente aos dados macroeconómicos que estão projetados para 2015 e que me parece que nós com os dados macroeconómicos para 2015, que em 2014 estamos no purgatório e 2015 estamos no céu. Isto é mais ou menos aquilo que nos foi dito ontem à noite. E é preciso situar e colocar isto no sítio certo. Nós temos um crescimento económico, isto dados do Banco de Portugal, do PIB de 2014 de 0,9, para 2015 de 1,6. E no desemprego 11,6 em 2014 e 11,2 em 2015. Estamos a falar de três décimas. A questão aqui e a questão central disto. Esta questão que o Sr. Deputado ontem aqui trazia em que o Plano de Emergência atual só surgiu porque este Governo do PSD e do CDS, conseguiram fazer um despedimento massivo de trabalhadores em Portugal. Estamos a falar de milhares e milhares de trabalhadores que nos últimos três anos caíram na exclusão social e no desemprego. Mais, há aqui uma questão que me parece também que tem que ser dita.

É que nós não conseguimos, qualquer economia a crescer 0,9 como estamos a crescer, não conseguimos criar emprego ao ritmo que ele foi destruído. Estamos a falar de milhares de postos de trabalho. Mesmo a crescermos 3% ao ano demoraríamos 7 a 8 anos a ter os níveis de empregabilidade de 2010 sobre 2011. Portanto, o que se passa neste momento não é que os dados macroeconómicos são muito bons, são um indicador. Mas há aqui outra questão que é fundamental entre os



dados económicos e a realidade. Eu aconselhava o Sr. Deputado Nuno Matias ir à rua e ouvir as pessoas. Era importante. Porque estes dados não alteram a situação que é dramática em Portugal. Portanto, eu acho que é possível nos próximos anos, e o Sr. Presidente da Câmara, o Plano de Emergência Social não é para 2015, vai ser para 2015, 2016 e 2017. Vamos continuar com este problema. Nós não conseguimos criar riqueza, nem gerar emprego para conseguir voltar aos níveis de empregabilidade de 2011. Isto é uma questão dramática, por isso peço ao Sr. Presidente da Câmara, que é possível o Município, eu sei que cem mil euros é dinheiro, mas acho que o Município pode ir muito mais longe nesta matéria. E era importante ter um trabalho no terreno muito mais efetivo do que aquele que vai ter. Eu sei que é importante os parceiros, os parceiros têm feito um trabalho muito interessante, mas é possível o Município também chegar um pouco mais longe do que aquilo que tem vindo até aqui.”

6.1.1.3 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda considera que as Opções do Plano e Orçamento para 2015, que hoje aqui discutimos, se inserem numa linha de continuidade em relação ao ano transato. Registamos como um facto muito positivo o espírito de diálogo construtivo que esteve presente na sua elaboração.

Não pudemos, no entanto, deixar de reafirmar algumas das preocupações que temos vindo a manifestar. A intervenção do meu camarada Pedro Oliveira, nesta Assembleia, centrou-se nesses aspetos.

É um facto, e já aqui foi dito, que o Poder Local Democrático está sob o mais sério ataque desde a sua criação. A famigerada Reorganização Administrativa Territorial Autárquica mais não fez do que um corte cego, a régua e esquadro, ao arrepio da vontade das populações, afastando ainda mais os cidadãos e as cidadãs dos seus representantes democraticamente eleitos. O BE regista com apreço que no Concelho de Almada os efeitos de tão famigerada «Reforma» tenham sido minimizados através da manutenção de delegações da Junta em todas as Freguesias. É, no entanto, necessário fazer muito mais. Os resultados das últimas eleições, com a mais elevada abstenção, acima dos 60%, de que resultou a composição desta Assembleia, são um sinal evidente da crise de confiança nas instituições democráticas, na política e nos políticos. É urgente e premente recuperar os cidadãos e as cidadãs para a vida



política, não só do nosso Concelho, como também do País, da Europa e do Mundo. Bem sabemos como isto anda tudo ligado.

A crise que vivemos não facilita as tarefas que temos pela frente e no Orçamento que aqui discutimos não se identifica uma política económica capaz de impulsionar o emprego, para além de medidas avulsas, viradas maioritariamente para o turismo local ou zonas de restauração e lazer. É necessário desenvolver a economia local, com empregos e iniciativas sustentáveis de forma a estimular a economia, criando infraestruturas e apoios para quem quer e tenta desenvolver atividades económicas de forma responsável. Para tal é imperativo que se faça bom uso dos equipamentos já existentes, eventualmente melhorando-os ou adaptando-os para novas realidades, ou criando novos, e que se reformulem os tipos de apoio ao início de atividade e sejam criados mecanismos de apoio e promoção de longo prazo à produção de bens materiais ou intelectuais e do comércio de forma sustentável. Dificilmente se pode considerar sustentável e equilibrada uma economia que se sustente quase exclusivamente no comércio local e turismo.

O BE manterá o voto do ano anterior. Abstemo-nos porque este não é o nosso Orçamento. Mas estando nele algumas das nossas propostas e tendo em conta as dificuldades acrescidas que a atual maioria PSD/CDS no Governo, com o aval do Presidente da República, colocam ao dia-a-dia das populações, seria uma irresponsabilidade a inviabilização das Opções do Plano e Orçamento para 2015. Os e as almadenses nada teriam a ganhar com isso.

Duas notas finais, pois não podemos deixar de clarificar algo que foi dito, nesta Assembleia, pelo senhor deputado Nuno Matias, do PSD.

Não é a primeira vez que o senhor deputado se refere aos «compromissos assumidos entre o BE e o Executivo», dando sempre como exemplo a questão dos Sem-Abrigo e a nossa proposta de criação de uma Casa Abrigo e da sua falta de concretização.

Tem havido um efetivo diálogo, que já vem de mandatos anteriores, e que se mantém no atual. E, já agora, para que fique em Ata, o que há, o que tem havido, são propostas do BE que têm vindo a ser concretizadas. São exemplos disso:

- ✓ O Plano de Emergência Social
- ✓ As Opções Participadas nos Bairros Camarários
- ✓ O Regulamento de Atribuição de Subsídios ao Movimento Associativo
- ✓ E, porque não dizê-lo, a redução do IMI



O PSD, que na Assembleia da República tanto apela ao sentido de responsabilidade, em Almada, vai mais longe e transforma-se numa espécie de voz da consciência da Oposição. Somos donos da nossa consciência, o único compromisso que temos é com a população e sabemos assumir as nossas responsabilidades.

O mesmo PSD, que tantas vezes faz uso da demagogia para dizer que esta Esquerda é irresponsável porque não apresenta propostas vem agora, em Almada, dizer que esta Esquerda é irresponsável porque apresenta propostas e as vê concretizadas.

A realidade está aí e é indesmentível. Apesar do quadro que o senhor deputado, ontem, aqui nos pintou, quase fazendo com que viajássemos ao famoso «oásis» do Dr. Braga de Macedo, a verdade é que temos, ainda, muito deserto para caminhar. Os Indicadores de Conjuntura, hoje mesmo divulgados pelo Banco de Portugal, demonstram que a atividade económica registou uma queda homóloga de 1,2%, tendo mantido a tendência de desaceleramento que se vem registando desde Janeiro deste ano. Há igualmente a registar uma diminuição do consumo privado, o que nos leva a concluir que com estas políticas austeritárias, será muito difícil, senão mesmo impossível, devolver a dignidade ao povo português, vergonhosamente atirado para o empobrecimento em benefício de uma ínfima minoria que continua a enriquecer, vergonhosamente, às nossas custas.”

6.1.1.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estamos a chegar quase ao fim, a concluir a discussão sobre um Plano e Orçamento do Município para 2015. Naturalmente que tem por base um programa em concreto, mas que contou com propostas e sugestões das forças políticas que quiseram e entenderam contribuir e responder.

Pela primeira vez foi dado um tempo aos Deputados Municipais, a todos os Deputados Municipais, até 5 de dezembro, se a memória não me falha, para também eles próprios contribuírem e dessa forma ampliou-se a participação. Para a CDU, de facto a participação dos eleitos, das populações é de facto a nossa marca identitária por uma razão também, porque sentimos que aprendemos, que somos os porta-vozes dessas populações e porque também não temos nada a esconder, não temos nada a temer, porque aquilo que assumimos cumprimos. Aliás, nós temos aqui um constrangimento importante que é como todos sabemos a Lei não permite que após a apresentação de um Plano a Assembleia Municipal faça propostas de alteração.



Portanto, todo o percurso que este Executivo fez até agora, até à apresentação formal, creio que é de valorizar. E portanto, apesar de todos os constrangimentos impostos decorrentes dos cortes nas transferências do Orçamento de Estado e tudo aquilo que sabemos e que ontem de alguma maneira já foi abordado, parece-me que, e já agora permitam-me um parêntesis, até pelo funcionamento da 4ª Comissão, ficámos a conhecer em pormenor as várias propostas, as várias formas de atuar, muitas delas já inscritas neste Plano que estamos agora a observar e a analisar e que depois votaremos, designadamente nos aspetos sociais, designadamente nos aspetos de apoio às famílias. E permitam-me um breve apontamento que não vou desenvolver, mas que queria partilhar convosco, a Câmara Municipal quando não tem hipóteses de resolver problemas muito sérios como está a acontecer nas Terras da Costa, não pode, não deve e não quis abandonar aquelas pessoas que estão naquele território e funcionou e distribuiu água, e criou água e criou e ajudou a estimular a chamada cantina comunitária. Não vou desenvolver, mas fiquei profundamente chocada com intervenções da 4ª Comissão de que a Câmara ao fazer isto estava a promover e a proporcionar a manutenção daquela situação. É lamentável ouvir estas coisas. Portanto, se há preocupações sociais Srs. Deputados a Câmara está efetivamente a desenvolver esse trabalho. Mas permitam-me que refira um aspeto que não foi ainda abordado, que ninguém comentou, que ninguém valorizou, mas que eu acho que é sério e deve ser feito em sede e no âmbito da discussão deste Plano e Orçamento. É a questão relacionada com os trabalhadores do Município. Num tempo em que o ataque aos trabalhadores da administração pública na sua generalidade e em particular aos trabalhadores da administração local, em que se faz uma política altíssimamente lesiva, se é possível dizer assim, dos seus direitos e sobretudo da sua dignidade profissional, nós temos no nosso Plano e Orçamento e bem desenvolvido o compromisso que também é assumido, não só na parte social, não só na parte do desenvolvimento cultural, mas também e fundamentalmente com esse sector extremamente importante que são os trabalhadores do Município. E é tanto mais de valorizar quando repito, os ataques aos trabalhadores da administração local, desde logo com a questão da não publicação das 35 horas que é efetivamente um atentado à autonomia dos Municípios. Aliás, dizer que o próprio Sr. Provedor de Justiça já se manifestou contra a intransigência do Governo para a não publicação das 35 horas, porque isso retira a autonomia aos Municípios e é um atentado à Constituição da República. E portanto, a manutenção dos postos de trabalho e dos apoios sociais, o



recrutamento como já fomos aprovando ao longo do tempo de mais trabalhadores, aliás sentidas essas necessidades como absolutamente indispensáveis, trabalhadores e recrutamento, apesar das restrições impostas, intervenções para melhorar as instalações e locais de trabalho, formação profissional, e portanto estas apostas nos trabalhadores seguramente que contribuirão para marcar a diferença entre o que é uma gestão ao serviço dos Municípios, em defesa, mas também com a defesa dos trabalhadores. E para isto seguramente que servirá de motivação para que o serviço público de boa qualidade prestado aos Municípios seja mais reforçado e seja uma nova realidade no nosso Concelho.”

6.1.1.5 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Chegados ao fim de 2014 pouco mais de um ano da tomada de posse do novo executivo em Almada, já possível fazer um balanço no que respeita à governação local e retirar daí algumas ilações.

É notório desde logo e apesar de tudo, uma maior disponibilidade para ouvir e para dialogar com as forças políticas que compõem a oposição em Almada.

Entendemos que esse diálogo não se deve perder, antes pelo contrário, demonstrando não só abertura democrática como também um espaço de intervenção e contributo de todos os autarcas, contribuindo dessa forma para o pluralismo democrático e representativo.

Posto isto, convém tecer algumas considerações sobre os seguintes pontos:

O Documento apresentado pela Câmara à Assembleia Municipal de Almada comporta não só o Plano e Orçamento, como reflete as suas opções e, acima de tudo, espelha bem as prioridades do executivo comunista para a cidade.

Nele estão contempladas as linhas orientadoras "e as opções estratégicas que o executivo propõe para o ano de 2015.

Com um orçamento mais reduzido por diversas razões, impõem-se que os titulares do poder tenham em conta os custos de oportunidade quando olharem para as prioridades e para a estratégia a seguir.

Devido a essa redução, é fundamental que se possam adequar as prioridades aos melhores critérios e às escolhas que resultem de uma melhor distribuição da riqueza e num maior equilíbrio. Em suma, é necessário gastar menos aplicando-se melhor.

Desta feita, ao olharmos para as opções e escolhas do executivo, não podemos deixar de constatar que algumas se perdem no tempo, aparecendo todos os anos



sem que as mesmas tenham sido objeto de qualquer intervenção ou mesmo concretização.

O CDS-PP já em mandato anterior teve oportunidade de afirmar o documento é muito repetitivo, demasiado propagandístico contendo mesmo algumas utopias que de momento são de todo irrealizáveis.

Vamos então a factos: o CDS-PP ao longo do último Mandato tem vindo junto da câmara a apresentar um conjunto de propostas que visam no seu ponto de vista, o melhoramento das condições de vida dos almadenses tal como propostas e ideias para que Almada seja de futuro um concelho com mais desenvolvimento económico, mais prosperidade, mais juventude, mais lazer, mais segurança, mais educação, mais ciência, mais turismo, mais solidariedade, em concreto, mais Almada.

Essas propostas passam essencialmente entre outras, pela revitalização e reconversão do espaço público, pelo apoio que é necessário dar às famílias mais carenciadas. Porque sim, esse apoio, ao contrário do que foi dito ontem, mas hoje felizmente já parece termos tido outra opinião relativamente à questão do Bairro das Terras da Costa, onde as Autarquias têm efetivamente também essa responsabilidade a par do Governo e a par do Estado, têm também essa responsabilidade de aceder às prioridades impostas neste caso a par dos cidadãos. A manutenção de um ambiente e envolvência dum espaço público agradável, neste caso tem a ver também com as questões da limpeza e com as questões que nós estamos neste momento infelizmente a passar no nosso Concelho, mas isso o CDS-PP aguardará serenamente a resposta ao Requerimento que foi enviado relativamente a esta matéria, como aguardará também uma resposta por parte da AMARSUL para então ai podermos tirar as melhores conclusões e depois debater de uma forma muito mais profícua. A preservação da fauna, da flora e agricultura que tanto caracteriza uma parte do concelho, pela reabilitação do património e edificado histórico-cultural, a atração de pessoas aos centros urbanos com o reabilitar de antigas tradições como são as festas populares, a melhoria da sinalética na segurança rodoviária, na mobilidade e acessibilidades que muitas lacunas tem na cidade, tal como em termos de mobilidade e na ajuda à recuperação do comércio em Almada chegámos a propor que não seja cobrado parquímetro aos sábados de manha, mas que o Executivo não incorporou no seu documento alegando que teria reflexos consideráveis do lado da receita. Pois bem Senhor Presidente da Câmara, é tudo uma questão de opções e prioridades. É tudo uma questão de escolhas e formas de olhar para a receita e para a despesa.



No que respeita à receita, continuamos a constatar que a mesma provém grosso modo dos impostos, taxas e multas cobradas ao cidadão, cabendo a outra grande parte da receita às normais transferências correntes. Ou seja, continuamos em Almada com muito pouca astúcia e engenho para criar riqueza própria. Também ao nível do IMI, da Derrama e do IRS entende o CDS-PP que se podia ter ido mais longe.

Já no que diz respeito à despesa, o já por alguns apelidado de ano TIMEX, passo a publicidade, continuaram-se a verificar gastos desmesurados e que seriam perfeitamente dispensáveis. Não nos precisando alongar muito pois entre muita propaganda e muita publicidade, fixemo-nos nestes três números: setenta e oito mil seiscentos e sessenta e quatro euros, vinte e dois mil e oitocentos euros e por fim, dezanove mil duzentos e setenta euros. Senhor Presidente da Câmara, há escolas para fazer, há mais pastas para entregar e há mais cidade para reabilitar.

Esperamos assim, que neste ano que vem o Executivo seja mais contido na sua despesa e que possa saber distribuir a riqueza de uma forma mais equitativa e equilibrada tendo como prioridade realmente aqueles que mais precisam.

E é mesmo dessa forma que o CDS-PP não pode deixar de reconhecer o seguinte: uma das grandes bandeiras que o CDS-PP tem vindo a apresentar e a exigir junto do Executivo é o reforço considerável de verbas que devem ser canalizadas para a área social. Já aqui dissemos que as autarquias devem ter uma função social muito mais abrangente junto das pessoas do que aquela que por norma se está habituado a ver. São as autarquias o primeiro pilar de proximidade entre o cidadão e os poderes de decisão política que o cidadão procura em caso de necessidade.

As propostas por parte do CDS-PP no que diz respeito à área social são de uma maior intervenção da câmara junto do cidadão em complemento com aquela que já é dada pelo Estado. O CDS-PP tem vindo desta feita a propor o aumento de financiamento na ajuda ao idoso carenciado, aos jovens e crianças em risco de pobreza tal como um maior apoio domiciliário, e bens de primeira necessidade. Tem proposto também a criação de programas locais que visem o aumento desse mesmo apoio em conjunto não só com as IPSS's, as empresas, a autarquia, o mecenato e os demais que potenciem melhorar as condições de vida daqueles que mais precisam. E já agora, por falar, visto que o Sr. Deputado Pedro Matias fez aqui uma intervenção que nos levou ao presente e eu podia deixar também levarmo-nos aqui todos ao passado e recordar o Partido Socialista que em março de 2011 não havia



dinheiro para a Segurança Social, como também não havia dinheiro para os outros sectores.

Posto isto, é de salientar com uma enorme positividade que a câmara apresente uma proposta com a finalidade de um considerável reforço para a área social.

Está assim verificada uma das premissas que o CDS-PP mais tem insistido para a concretização de um maior equilíbrio entre os cidadãos.

Não chega, é um facto. É necessário muito mais, mas reconhecemos que é um passo considerável e muito bem-vindo.

O CDS-PP para o Orçamento de 2015 irá abster-se.”

6.1.1.6 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu não resisto, depois de ter sido sucessivamente citado a dar mais uma vez alguns dados oficiais porque, seguramente isto é defeito de formação, eu por acaso tenho uma licenciatura em economia e gosto muito de trabalhar os números, mas são uns números factuais, e dizer onde é que os fui buscar e onde é que eu os arranjei, porque só assim é que se pode falar verdade e debater com lealdade. E quando há pouco falava sobre o cenário macroeconómico que nos afeta e a culpa de quem levou a essa situação, é importante perceber e por isso é que eu falava no cenário macroeconómico ontem, porque influi na vida dos almadenses, influi nas opções estratégicas da autarquia, bem como naquilo que pode ser a visão de desenvolvimento e da criação de riqueza. E quando hoje o Deputado Municipal Pedro Matias veio aqui fazer uma confusão tremenda com os números, sem perceber o contexto em que a taxa de desemprego tem vindo a descer, tem vindo a descer, aliás, se nós olharmos em 2005 por exemplo ela esta em 7.6, quando o Governo Socialista saiu em 2011 já estava em 12.7, e neste momento está a descer depois de um pico de mais de 16%, vai em 13.4. E por isso quando nós olhamos para este cenário também podemos olhar para o crescimento da riqueza. E aquilo que é verdade é que em 2011 tivemos uma recessão de 1.8% e aquilo que nós prevemos é que o crescimento económico em 2014, será entre 0.9 e 1%. E por isso diria eu, penso eu que ninguém pode desmentir isso é que se há crescimento económico houve uma inflexão de ciclo, há uma melhoria que deve ser refletida na redistribuição e em benefício das pessoas. E por isso entendíamos nós e dissemo-lo aqui ontem, era falacioso estarmos a fazer este enquadramento de reunião e de crise que estaria eventualmente a afetar os cofres da autarquia e eu demonstrei através dos dados do



auditor externo, nem eram meus, em como a receita está a aumentar na autarquia de Almada e por isso as opções a começar na fiscalidade municipal, deviam ser repensadas para atrair mais empresas para Almada e para potenciar mais emprego no nosso Concelho. Porque isso vai-se refletir objetivamente naquilo que é o funcionamento da atividade económica, o consumo, o investimento, a reprodução de riqueza que vai necessariamente haver uma melhoria e uma melhoria da qualidade de vida dos almadenses. E por isso quando o Deputado Municipal Pedro Matias falava que o atual Governo é que destruiu emprego e ao fim ao cabo teria consequências nefastas na vida das pessoas, bem faria olharmos melhor para os números com maior conhecimento de causa para perceber que foi o anterior Governo que endividou, destruiu riqueza e deixou o País numa situação de pré insolvência. E com dados tão óbvios eu confesso que fiquei de algum modo surpreendido de como é que a leitura que foi feita é tão transviada da realidade. Mas para efeitos de Ata e para terminar, porque já não tenho muito tempo, deixar também um dado objetivo porque ontem me parece que houve aqui um confronto entre a PORDATA e outro site qualquer. E portanto eu fui buscar os dados oficiais dos atos societários do Ministério da Justiça. E para que fique claro que aquilo que eu ontem disse é o real e é o sério e aquilo que é o verdadeiro, em 2014, de novembro de 2013 a outubro de 2014 houve a constituição de 35 mil 796, o que demonstra, penso eu, que é óbvio a relação de grandeza que eu ontem aqui transmiti que a PORDATA transmite é correta e é oficial.”

6.1.1.7 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma pequena nota, eu penso que no passado recente já tivemos várias oportunidades de trocarmos ideias sobre esta matéria da situação económica do País e do que é que cada grupo político propõe como leitura do passado e como receita do futuro. Nas próximas reuniões da Assembleia certamente que esta matéria virá eventualmente com mais vivacidade, com mais acutilância, não vamos esgotar agora o assunto, até porque não temos tempo para isso. Mas de qualquer modo diria ao Sr. Deputado Nuno Matias que com todo o seu rigor, que com todo o seu conhecimento e grau académico, certamente que lei a nota do Banco de Portugal divulgada hoje.

Eu não percebo que expansão da nossa economia o Sr. Deputado vislumbra quando aquilo que se refere é a retração económica e ... do mercado interno. E o Sr. Deputado Municipal com leituras curiosas e fantasiosas vem tentar aqui justificar o



injustificável e mascarar o que é óbvio. E deixava aqui um desafio ao Sr. Deputado Municipal para se preparar para a próxima reunião o período de antes da ordem do dia, poderemos voltar a esta matéria. O Sr. Deputado Municipal que nos venha falar da evolução dos aspetos mais preocupantes das nossas finanças. Os aspetos relacionados com a dívida e com o deficit. E como é que a dívida e o deficit evoluíram nos últimos três anos de governação de direita. E portanto, o Sr. Deputado Municipal prepare esses números que eu fico cheio de curiosidade e a aguardar, direi mesmo em pulgas pela próxima reunião.”

6.1.1.8 - A Sr.ª Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vivemos num país em que o desemprego continua a ter uma dimensão atroz, nomeadamente entre os jovens, desemprego que só não assume uma expressão estatística ainda mais grave porque milhares e milhares continuam a seguir para a emigração forçada e muitos ainda estão em estágios e formação profissional prolongada, o que não corresponde à efetiva criação de emprego.

As políticas deste Governo continuam a destruir o que resta dos direitos da juventude, e os jovens almadenses sofrem o efeito destas políticas.

Neste preocupante contexto é notável que o executivo camarário continue a desenvolver uma política municipal dirigida aos jovens.

Esta política passa pela promoção do desenvolvimento integral dos jovens e pela criação de oportunidades para a sua presença e participação em todos os domínios da vida municipal através do apoio ao movimento associativo juvenil.

Passa também, pela aposta em iniciativas que estimulem os jovens nas diferentes expressões artísticas e culturais, pelo incentivo e apoio ao crescimento de novas modalidades desportivas e pela realização de iniciativas de fomento ao emprego jovem, qualificado e com direitos.

Paralelamente, é prioridade o incentivo à fixação dos jovens no concelho de forma articulada com a revitalização urbana dos centros históricos, por meio da construção de uma política municipal de habitação social para jovens bem como pelo incentivo ao arrendamento jovem.

Concluindo, é de valorizar a política da autarquia que continua a reunir esforços para que os jovens sintam que Almada é sua casa, até porque o trabalho desenvolvido no sentido de criar oportunidades aos jovens é um trabalho pelo futuro do concelho.”



6.1.1.9 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Breves palavras para partilhar com a nossa Assembleia Municipal o momento que vivemos e desde logo uma consideração, se olharmos para a ordem de trabalhos desta Assembleia e a compararmos com as ordens de trabalhos da generalidade dos Municípios que estarão reunidos ou que reuniram recentemente, verificaremos que à Assembleia Municipal de Almada não está a ser solicitado um parecer que na generalidade dos Municípios está a ser deliberado. E esse parecer tem a ver com uma ofensiva, uma profunda ofensiva de sector da água e do saneamento está a sofrer, designada por reestruturação do sector da água.

O Governo decidiu avançar na parte final do seu Mandato, está a pouco tempo do fim do seu Mandato, com uma reforma que é uma reforma de um sector determinante da vida das populações, a água e o saneamento. Recentemente tinha dado passos também para a privatização do sector dos resíduos sólidos urbanos. Ainda não conseguiu, ainda está num processo de combate às dificuldades que encontrou no processo, mas agora está fortemente motivado para fazer a chamada reforma do sector da água. E portanto o que está a dizer aos Municípios é que digam se aceitam fazer parte de uma empresa que por exemplo na Região de Lisboa terá perto de 90 Municípios. E isto poderia ser mais ou menos aceite como normal, não fosse o facto de o parecer que os Municípios vão dar não ser vinculativo, se os Municípios disserem que não querem integrar esta mega empresa e perder as suas condições de intervenção no sistema, esse parecer pouco valerá, o Governo no final dirá qualquer coisa do género ouvidos os Municípios, a decisão é esta. Portanto, esta primeira consideração é para dizer que o sector está em profunda instabilidade. E nós aqui em Almada não estamos nestas linhas, não estamos a ser atacados na mesma linha que muitos outros Municípios, mas estamos naturalmente solidários e estamos na barreira da defesa do serviço público para todo o nosso País e não deixaremos de fazer também de ouvir a nossa voz. Portanto, queria dar esta informação aos Srs. Deputados Municipais para relevar desde logo o facto de estarmos aqui a debater então objetivos de gestão, de levar mais longe o nosso serviço municipal e defender também com o trabalho, também com a resposta, defender o serviço público e a autonomia e a intervenção dos Municípios. E queria dizer que em Almada com este documento que aqui apresentamos à consideração dos Srs. Deputados, manteremos



naturalmente um princípio basilar na gestão pública, o acesso de todos à água e ao saneamento. Sabemo-lo que é considerado como direito humano fundamental para as Nações Unidas, mas também sabemos muitas das vezes a gestão direta deste bem essencial à vida, nem sempre é assegurado em todos os modelos e em todas as situações. Ora, aqui em Almada nós queremos que o direito humano seja efetivo, que as pessoas não deixem de ter a água e o saneamento designadamente por terem carências económicas. E portanto, continuaremos a trabalhar no sentido de uma gestão social de garantia dos direitos humanos também na água e no saneamento. Isentando taxas, apoiando as famílias numerosas, mantendo planos de pagamento, criando as condições para que todos usufruam em pé de igualdade naturalmente da água e do saneamento em Almada, mantendo a nossa infraestrutura sempre operacional e numa resposta permanente à nossa população.

2015 apresenta-se também como o ano em que pretendemos concluir um grande esforço municipal dos últimos anos, com elevado investimento associado às candidaturas QREN e que previsivelmente fecharemos com grande êxito, com grande taxa de êxito esta que foi uma grande intervenção qualificadora da nossa infraestrutura, dos nossos equipamentos, de muitos milhões de euros e que decorre ainda que numa conjuntura de grande dificuldade por parte das empresas, mas decorre com objetivo de conclusão em 2015. Estou a falar da grande intervenção de requalificação da Quinta da Bomba mais de 10 milhões de euros, que em princípio estará concluído em maio de 2015, estou a falar na requalificação da ETAR do Valdeão, um milhão e cem mil euros, obra que pretendemos concluir também no final de 2015. Refiro as duas estações elevatórias do Torrão na Trafaria e da Costa da Caparica na Costa da Caparica, estou a falar da Estação e do Emissário da Foz do Rego, na Charneca da Caparica, obras que são de grande qualificação para a nossa infraestrutura e para a nossa resposta.

2015 será também um ano, assim nos propomos, de uma forte intervenção, há de ser uma plurianual, há de ser uma intervenção que vai exigir do nosso Município uma grande capacidade de operacionalizar intervenção nos próximos anos e que iniciaremos em 2015 com a renovação de redes de água e saneamento e em especial redes de água de Almada Velha, do centro consolidado da cidade, rede que está a atingir o seu limite de idade, que sabemos foi grande parte dela construída logo após o 25 de Abril, significa 40 anos de resposta de trabalho, 40 anos, está a



chegar à idade da reforma, da justa reforma e portanto precisamos de iniciar aqui uma forte intervenção de renovação da rede.

E queria naturalmente deixar esta nota aos Srs. Deputados Municipais, porque entendo que é uma obra necessária, é uma obra naturalmente muito exigente porque será efetuada em tecido urbano consolidado, em ruas muitas delas com pouca largura, com condicionantes no subsolo, com outras infraestruturas e portanto gostaria que todos compreendêssemos a importância de não perder este momento para esta intervenção de compreender o esforço que os serviços municipais vão fazer, dar-vos nota que criaremos uma estrutura especial de acompanhamento técnico e ao nosso nível também de acompanhamento desta intervenção estamos a aguardar o financiamento 3,6 milhões de euros solicitado pelo nosso Município e já com parecer favorável da estrutura nacional, e portanto com esse reforço financeiro, com essa perspetiva avançaremos em 2015 para a renovação da rede para Almada Velha uma obra necessária, indispensável para que nos próximos 30, 40 ou 50 anos possamos ter qualidade no abastecimento à nossa população. Faremos também uma forte intervenção de infraestruturas da nossa rede, designadamente das adutoras, grandes adutoras, conhecemos algumas dificuldades. Ontem partilhei aqui a situação de Murfacém, mas naturalmente não tenho receio de partilhar outras situações fragilizadas a exigir a intervenção, não tem a ver com qualquer negligência, qualquer outra situação de menor consideração tem a ver com o facto da infraestrutura passados os seus tempos de vida precisa de ser intervencionado e precisa de ser renovada.

Temos uma situação na Costa da Caparica, a necessidade de intervenção, a avenida Aresta Branco, com algumas ruturas regulares, com uma infraestrutura a grande profundidade, num espaço muito difícil de intervenção, com muita água, um leito que como sabemos dificulta as intervenções. Temos uma situação também na Sobreda, a necessidade de intervenção na 10/1, são três grandes infraestruturas que vêm de Vale Milhaços e Corroios, uma dirigida para o Reservatório do Raposo, outra para o Reservatório do Feijó e outra para o Reservatório do Lazarim que passa naquele espaço que precisam de intervenção e que são naturalmente intervenções de grande exigência e até de grande esforço financeiro. Portanto é por isso que nós identificamos nos instrumentos de planeamento que até 2020 precisaremos de investir cerca de 50 milhões de euros na renovação das nossas redes e é por isso que estamos a trabalhar nesse sentido e que o Plano de 2015 apresenta aqui já perspetivas de intervenção que são naturalmente muito exigentes também do ponto de



vista financeiro e do ponto de vista da operacionalidade, mas necessárias e que nós não estamos naturalmente a fugir a essa intervenção. Continuaremos a aprofundar os nossos projetos de inovação, envolvendo e chamando ao trabalho connosco todas as associações do sector onde estamos representados, todas as instituições do sector da água e do saneamento nacionais, têm a presença de técnicos municipais, a presença efetiva, a presença dedicada de técnicos municipais, temos um conjunto de projetos com as universidades, com o sectores no sentido de aprofundar e criar respostas mais eficientes, queria dar o exemplo do iPERDAS, hoje toda a gente fala das perdas de água e considero mesmo que nalguns casos se fala para tentar pôr em causa os serviços gestores da água no nosso País e muitas das vezes usa-se isso como bandeira para dizer que o modelo não está bem e portanto precisamos de avançar para outro modelo, naquela estratégia que falei há pouco. Mas eu queria dizer que por exemplo os SMAS de Almada, estão no primeiro grupo das entidades nacionais a trabalhar com o LNEC há dois anos, no sentido de terem instrumentos de gestão que permita um acompanhamento em linha permanente de toda a nossa rede em alta, em baixa, sabendo as pressões, sabendo os consumos de cada uma das áreas, sabendo onde é que a infraestrutura precisa de intervenção independentemente da idade, independentemente de outros fatores tradicionais de verificação. É preciso agora ter novos fatores e estamos a trabalhar para que isso aconteça.

Queria dizer-vos que 2015 será certamente também o ano da certificação do sistema de gestão integrado dos serviços municipalizados. Nós há dois anos que estamos a trabalhar num processo também de grande exigência e posicionamo-nos para em 2015 ter a certificação dos sistemas integrados de ambiente, qualidade, de segurança, de bem-estar, de infraestruturas e de segurança da água. É uma linha de trabalho muito exigente, mas com resultados previsíveis já para próximo ano.

Queria também dizer que a relação com os nossos utentes é a primeira e das principais responsabilidades do nosso serviço. E portanto 2015 reforçaremos ainda mais esta relação, logo no início de 2015 apresentaremos uma novidade da relação entre os utentes e o serviço, uma novidade que desde já vos deixa alerta, nos primeiros dias de 2015, no sentido de reforçar a capacidade de entendimento, de reforçar a resposta e informação aos nossos utilizadores.

Queria dar-vos nota que estamos numa campanha de reforço de adesão às faturas eletrónicas e queria saudar os almadenses por estarem a responder de uma forma positiva, muito interessante relativamente ao desafio que fizemos. Portanto nós



pusemos como meta uma meta altíssima de atingir em 2014, 10% de fatura eletrónica e posso-vos dizer que se não atingirmos em todas as Freguesias, várias das Freguesias, as mais representativas Freguesias do ponto de vista da população terão certamente uma taxa muito próxima dos 10% de adesão à fatura eletrónica. Isto do ponto de vista comparado com outras entidades e com outras realidades, é muito, muito bom. Como sabem isto poderá significar uma poupança de 200 mil euros ano, pelo facto de 10% dos nossos utilizadores terem fatura eletrónica. O outro lado interessantíssimo e penso que em 2015 ultrapassaremos a meta dos 50%, é a adesão ao débito direto. Nós estamos já próximo dos 50% de adesão ao débito direto e isso do nosso ponto de vista significa uma elevada confiança dos utilizadores no serviço público e uma grande responsabilidade naturalmente do serviço público relativamente a estes utilizadores. Estamos com 44% de adesão portanto é espectável que com o trabalho que estamos a fazer em breve atingiremos os 50% de adesão. Portanto é neste quadro que apresentamos um Orçamento de 32,9 milhões de euros, com um investimento previsto de 13,7 milhões de euros. É um ano, será um ano de grande intervenção municipal relativamente à gestão da água e do saneamento.

Queria terminar agradecendo a oportunidade e deixando naturalmente esta nota com os nossos trabalhadores municipais, com a nossa população, continuaremos a defender a água pública, continuaremos a defender o modelo e a autonomia municipal.”

6.1.1.10 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas notas para o encerramento do debate dos nossos instrumentos de gestão.

Em primeiro lugar o compromisso que aquilo que está escrito nas Grandes Opções do Plano são para cumprir. Portanto, nós não entendemos que as linhas de orientação ali definidas que sejam para preencher e encher papel, são para cumprir, é um compromisso que a Câmara Municipal assume e que os Serviços Municipalizados assumem e que naturalmente no âmbito da Empresa Municipal ECALMA também se assume.

Em segundo lugar dizer que temos um Orçamento que nos permite concretizar ou caminhar na concretização das linhas de orientação que definimos, das Grandes Opções do Plano que definimos.

Dizer-vos também que o Mapa de Pessoal que apresentamos e o reforço que neste ano foi realizado e aquele que se pretende continuar a fazer, também procura dotar



de meios necessários à realização das Grandes Opções do Plano. Naturalmente diz-se insistentemente foi até referido, temos feito pouco em relação à empregabilidade. Mas é preciso notar que neste último ano nós criámos não foi só 140 postos de trabalho, há mais 140 pessoas a trabalhar no nosso Município, e que isto foi assumido contra aquilo que a legislação nos impõe, é preciso dizer isto. Foi assumido contra aquilo que a legislação nos impõe. Assumimos que necessitávamos de contratar pessoal e fomos contatar o pessoal, contratámos cerca de 140 trabalhadores e para o ano existem mais contratações que estão previstas e que se pretende realizar. Portanto, parafraseando um certo Senhor, diria, “deixem-nos trabalhar”.

Referente a algumas áreas que naturalmente são preocupações de todos, mas não poderíamos deixar de sublinhar a Frente Ribeirinha, a Frente Atlântica, até porque o tempo nos permite ir mais longe. As 11 Freguesias do Concelho, continuamos a dizer as 11 Freguesias do Concelho continuarão a ser objeto da nossa atenção, no quadro dos instrumentos de ordenamento e de gestão do território que sempre criámos e onde o PDM surge como instrumento de primeiro nível.

Desenvolvimento económico. Sim. Desenvolvimento económico. Mas atenção, as questões do desenvolvimento económico podemos aqui discutir toda a macroestrutura, mas nós estamos a discutir o Orçamento da Câmara Municipal de Almada e se estivermos a discutir o Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa ou do Porto, naturalmente que o ambiente macroeconómico tem um peso enorme, mas não somos nós aqui que vamos resolver e não somos nós aqui que vamos resolver os problemas do desenvolvimento económico do País. Não somos nós que vamos aqui resolver. Basta uma pequena decisão deste Governo, em relação ao Arsenal do Alfeite, como já noutra momento foi feito em relação à Lisnave ou à indústria naval e descamba tudo, mas não descamba só naquela empresa, descamba num Concelho inteiro. E é essa visão que nós devemos ter.

Diziam pessoas de quem gostei muito e gosto muito, que quando a raposa anda aos grilos mal para mão, pior para filhos e às vezes, peço desculpa Sr. Deputado, estando-nos a pedir que nós andemos aos grilos. Nós não deixaremos de andar aos grilos, não deixaremos de fazer tudo o que for possível para arranjar e para criar um ambiente favorável à criação de emprego e à criação de emprego com qualidade, que é uma coisa que nós nos temos esquecido imenso, nos estamos a esquecer cada vez mais, emprego de qualidade, emprego reconhecido e devidamente remunerado. Continuaremos a bater-nos por isso, mas não tentem tapar o sol com uma peneira



Srs. Deputados. Em decisões que ultrapassam de longe aquilo que a Câmara de Almada pode fazer, uma alteração radical nesta matéria. Há pequenas decisões que podiam ser tomadas. Falamos muito de comércio local, mas peço desculpa, e os 23% do IVA? Alguém falou hoje aqui dos 23% do IVA? Alguém perguntou por acaso essa que é sem dúvida a maior preocupação dos nossos pequenos microempresários, veio aqui durante estes três dias de debate? Não. Alguém falou nisso? Não. Mas no entanto não deixamos de falar muito de comércio e do pequeno comércio. Mas é a questão central em todas as reuniões que eles nos colocam logo. Quer dizer, estamos atentos, estamos a perder a atenção em relação a esses problemas que são problemas maiores da nossa população. Portanto, naturalmente um desenvolvimento com respeito pelo ambiente.

Falamos aqui da água, beneficiamos de uma cultura em relação ao ambiente, se é uma cultura que nos diferencia e que nos é muito favorável, naturalmente prevenção e de mitigação dos impactos das alterações climáticas, atendendo no planeamento, atendendo também no que diz respeito à preservação da biodiversidade, o cuidado e a atenção com a saúde animal, enfim, são preocupações que estão sempre presentes na nossa intervenção. Naturalmente também aquilo que é muito, e muito que há por fazer para melhorarmos na recolha e tratamento dos resíduos, matéria que tem enorme peso hoje na nossa sociedade. Os problemas da mobilidade que aqui foram referidos, mas há grandes problemas de mobilidade. Nós não podemos olhar, é evidente, eu não discuto e eu tenho conhecimento dos problemas de mobilidade do centro de Almada, os problemas do estacionamento, mas reparem, quantas famílias são afetadas por esta situação terrível que é a nossa inundação de automóveis de manhã e ao fim do dia e este atravessamento da ponte. Os grandes problemas da mobilidade da nossa Região e que passam por Almada, ultrapassam de longe a nossa capacidade de decisão, mesmo as nossas propostas mais simples não são atendidas. A abertura da Estação de Vale Flores; o Nó da A2 a tirar dezenas de milhares de carros do centro de Almada de manhã e à noite, isto não é importante? Isto não é ambiente? E depois falamos naturalmente, enfim, da fiscalidade verde, mas depois em coisas muito concretas que se podiam realizar não encontramos a necessária boa vontade. Os jovens do 1º Ciclo é a nossa competência direta, temos que melhorar em relação à rede escolar. Há o projeto assumido da construção de uma nova escola do 1º Ciclo na Charneca de Caparica, mas mesmo em relação à rede existente há muita coisa que é necessário fazer para melhorar.



A segurança também já referida, continuamos a manter o nosso compromisso com os Bombeiros e com as Forças de Segurança, quer em relação à PSP, quer em relação à GNR, quer respetivamente dotando e ou ajudando-as a dotar dos meios necessários para desempenhar a sua atividade.

O Plano Municipal de Emergência foi hoje assinado o protocolo com as instituições que o hão de concretizar, procuramos fazer com que os apoios cheguem diretamente às famílias, beneficiamos de uma rede social importante, gente competente, gente capaz. Procuramos apoiar e vamos com certeza apoiar nessa rede. Mas não nos enganemos também aqui, os grandes problemas e a solução dos problemas sociais passam por alterações de política nacional profunda. Passam para que seja de facto assegurado o salário justo aos trabalhadores, para que sejam asseguradas as condições de horário, para que os equipamentos tenham proximidade e qualidade, são coisas fundamentais quer da saúde, quer das escolas, quer das creches, quer da justiça, também foi afetado neste último ano. Sim, Programa de Emergência, porque é de emergência, é o último recurso, dali é perda da dignidade, é preciso colocarmo-nos na posição da pessoa que nos procura naquela situação. Fazemos muitos minutos de silêncio, mas eu pedia às vezes dez segundos de reflexão, colocando-nos no corpo de alguém que nos vem procurar, porque está numa situação de desespero e de rotura. Nós pensamos, os que estamos no lado de cá, que estamos a fazer uma grande obra, ganhando degrau no caminho do céu, mas o que está do lado de lá está no inferno. O que está do lado de lá está no inferno. Coloquem-se dez segundos naquele lugar. E portanto, Plano de Emergência não mais do que isto. É necessário que o Estado, que a sociedade assumam as suas responsabilidades nesta matéria.

Cultura, continua a ser também uma grande aposta, também diferenciadora com o nosso movimento associativo que tantas alegrias e tanta capacidade de realização nos tem assegurado.

E naturalmente a participação que é também uma marca da nossa cidade, uma marca das nossas cidades e uma marca do nosso Município.

E os nossos trabalhadores, elementos fundamentais da concretização do nosso projeto sem o qual não iríamos com certeza muito longe, com o protagonismo das nossas Freguesias que é necessário assegurar, o protagonismo das Freguesias. Nós não vemos os acordos de execução, nem os acordos de transferência de competências como meras relações institucionais entre a Câmara e as Freguesias, descarrega para



lá, descarrega para cá, não, são instrumentos fundamentais de participação, de participação das populações na construção da sua vida. É isso, é válido para as Freguesias, é válido para a Câmara, é válido para o Poder Local e há de ser um dia válido para o País. E naturalmente mais próximos e mais atentos aos munícipes, é naturalmente o nosso compromisso e com certeza para que esse compromisso seja cumprido acredito que todos os que aqui estão, estarão a ajudar-nos.”

6.1.2 - Não havendo pedidos para uso da palavra após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas:

6.1.2.1 - As Propostas Nºs 54 e 55/XI-2º, foram aprovadas por maioria com dezoito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), cinco votos contra (de eleitos do PSD) e quinze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN, do CDS-PP e Ind.), através das seguintes deliberações:

-----**Deliberação**-----

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração do estipulado nas alíneas c) e ccc), do nº 1, do artigo 33º e nos termos e para os efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, todos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova as Opções do Plano do Município para o ano de 2015, no preciso teor da deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2014.

-----**Deliberação**-----

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração do estipulado nas alíneas c) e ccc), do nº 1, do artigo 33º e nos termos e para os efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, todos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Orçamento do Município para o ano de 2015, com o valor global de 77.557.800,33 Euros, no preciso teor da deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2014.

6.1.2.2 - A Proposta Nº 56/XI-2º, foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:



-----**Deliberação**-----

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração da Lei nº 35/2014, de 20 de junho e nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais de Almada para 2015, com um total de 1864 postos de trabalho preenchidos e por preencher, nos precisos termos da deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2014.

6.1.2.3 - As Propostas N^{os} 57 e 58/XI-2º, foram aprovadas por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.), cinco votos contra (de eleitos do PSD) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP), através das seguintes deliberações:

-----**Deliberação**-----

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração do inscrito nas alíneas c) e ccc), do nº 1, do artigo 33º e nos termos e para os efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, todas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova as Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada - SMAS para o ano de 2015, no preciso teor da deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2014.

-----**Deliberação**-----

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração do inscrito nas alíneas c) e ccc), do nº 1, do artigo 33º e nos termos e para os efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, todas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada - SMAS para o ano de 2015, com o valor global de 32.928.266,24 Euros, no preciso teor da deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2014.

6.1.2.4 - A Proposta N^o 59/XI-2º, foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de



Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

-----Deliberação-----

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração da Lei nº 35/2014, de 20 de junho e nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada - SMAS para 2015, com um total de 563 postos de trabalho, preenchidos e a preencher, nos precisos termos da deliberação da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2014.

6.2 - Entrou-se no ponto 3.6 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 62/XI-2º, 63/XI-2º, 64/XI-2º, 65/XI-2º e 66/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 03/12/2014, sobre “Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas”, “Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da União de Freguesias da Caparica e Trafaria”, “Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda”, “Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta de Freguesia da Costa da Caparica” e “Contrato de Delegação de Competências entre a CMA e a Junta da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó”, respetivamente, **(Conforme Anexos XXIII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII).**

6.2.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.2.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta matéria veio já à consideração da Assembleia noutras ocasiões, é do conhecimento dos Srs. Deputados, deixava para uma fase posterior dizer alguma coisa se o justificar.”

6.2.2 - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas Nºs 62, 63, 64, 65 e 66/XI-2º, que foram aprovadas por unanimidade, através das seguintes deliberações:

-----Deliberação-----

O Regime Jurídico da Delegação de Competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias está estabelecido na secção I do Capítulo II do título IV do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, permitindo promover a



descentralização administrativa no respeito pelos objetivos de melhoria da qualidade dos serviços prestados e de racionalização de recursos, articular a prossecução das atribuições das autarquias do Concelho, e ainda, manter a tradição administrativa de delegação de competências entre os órgãos das autarquias do Concelho de Almada.

Considerando que desde a década de 1990 tem sido concretizado um processo de delegação de competências do Município nas Freguesias com excelentes resultados em termos de administração de proximidade dos serviços às populações.

Considerando também que após a autorização da Assembleia Municipal, publicitada pelo Edital nº 200/XI-1º, a Câmara Municipal e a Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, assumiram Acordos de Execução no âmbito e em cumprimento dos artigos 131º e 133º do anexo à referida Lei nº 75/2013.

Considerando assim que esta nova e reforçada delegação de competências teve o envolvimento e o acordo das partes contratantes - Câmara Municipal e Junta das Freguesias.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a celebrar o Contrato de Delegação de Competências com a Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, nos precisos termos da deliberação camarária de 03 de dezembro de 2014.

-----Deliberação-----

O Regime Jurídico da Delegação de Competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias está estabelecido na secção I do Capítulo II do título IV do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, permitindo promover a descentralização administrativa no respeito pelos objetivos de melhoria da qualidade dos serviços prestados e de racionalização de recursos, articular a prossecução das atribuições das autarquias do Concelho, e ainda, manter a tradição administrativa de delegação de competências entre os órgãos das autarquias do Concelho de Almada.

Considerando que desde a década de 1990 tem sido concretizado um processo de delegação de competências do Município nas Freguesias com excelentes resultados em termos de administração de proximidade dos serviços às populações.



Considerando também que após a autorização da Assembleia Municipal, publicitada pelo Edital nº 201/XI-1º, a Câmara Municipal e a Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, assumiram Acordos de Execução no âmbito e em cumprimento dos artigos 131º e 133º do anexo à referida Lei nº 75/2013.

Considerando assim que esta nova e reforçada delegação de competências teve o envolvimento e o acordo das partes contratantes - Câmara Municipal e Junta das Freguesias.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a celebrar o Contrato de Delegação de Competências com a Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, nos precisos termos da deliberação camarária de 03 de dezembro de 2014.

-----Deliberação-----

O Regime Jurídico da Delegação de Competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias está estabelecido na secção I do Capítulo II do título IV do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, permitindo promover a descentralização administrativa no respeito pelos objetivos de melhoria da qualidade dos serviços prestados e de racionalização de recursos, articular a prossecução das atribuições das autarquias do Concelho, e ainda, manter a tradição administrativa de delegação de competências entre os órgãos das autarquias do Concelho de Almada.

Considerando que desde a década de 1990 tem sido concretizado um processo de delegação de competências do Município nas Freguesias com excelentes resultados em termos de administração de proximidade dos serviços às populações.

Considerando também que após a autorização da Assembleia Municipal, publicitada pelo Edital nº 202/XI-1º, a Câmara Municipal e a Junta da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, assumiram Acordos de Execução no âmbito e em cumprimento dos artigos 131º e 133º do anexo à referida Lei nº 75/2013.

Considerando assim que esta nova e reforçada delegação de competências teve o envolvimento e o acordo das partes contratantes - Câmara Municipal e Junta das Freguesias.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a celebrar o Contrato de Delegação de Competências



com a Junta da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, nos termos da deliberação camarária de 03 de dezembro de 2014.

-----Deliberação-----

O Regime Jurídico da Delegação de Competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias está estabelecido na secção I do Capítulo II do título IV do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, permitindo promover a descentralização administrativa no respeito pelos objetivos de melhoria da qualidade dos serviços prestados e de racionalização de recursos, articular a prossecução das atribuições das autarquias do Concelho, e ainda, manter a tradição administrativa de delegação de competências entre os órgãos das autarquias do Concelho de Almada.

Considerando que desde a década de 1990 tem sido concretizado um processo de delegação de competências do Município nas Freguesias com excelentes resultados em termos de administração de proximidade dos serviços às populações.

Considerando também que após a autorização da Assembleia Municipal, publicitada pelo Edital nº 203/XI-1º, a Câmara Municipal e a Junta da Freguesia da Costa da Caparica, assumiram Acordos de Execução no âmbito e em cumprimento dos artigos 131º e 133º do anexo à referida Lei nº 75/2013.

Considerando assim que esta nova e reforçada delegação de competências teve o envolvimento e o acordo das partes contratantes - Câmara Municipal e Junta da Freguesia.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a celebrar o Contrato de Delegação de Competências com a Junta da Freguesia da Costa da Caparica, nos precisos termos da deliberação camarária de 03 de dezembro de 2014.

-----Deliberação-----

O Regime Jurídico da Delegação de Competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias está estabelecido na secção I do Capítulo II do título IV do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, permitindo promover a descentralização administrativa no respeito pelos objetivos de melhoria da qualidade dos serviços prestados e de racionalização de recursos, articular a prossecução das atribuições das autarquias do Concelho, e ainda, manter a



tradição administrativa de delegação de competências entre os órgãos das autarquias do Concelho de Almada.

Considerando que desde a década de 1990 tem sido concretizado um processo de delegação de competências do Município nas Freguesias com excelentes resultados em termos de administração de proximidade dos serviços às populações.

Considerando também que após a autorização da Assembleia Municipal, publicitada pelo Edital nº 204/XI-1º, a Câmara Municipal e a Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, assumiram Acordos de Execução no âmbito e em cumprimento dos artigos 131º e 133º do anexo à referida Lei nº 75/2013.

Considerando assim que esta nova e reforçada delegação de competências teve o envolvimento e o acordo das partes contratantes - Câmara Municipal e Junta das Freguesias.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a celebrar o Contrato de Delegação de Competências com a Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, nos precisos termos da deliberação camarária de 03 de dezembro de 2014.

6.3 - Entrou-se no ponto 3.7 da agenda com a apreciação e votação da Proposta N.º 67/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 03/12/2014, sobre o “Contrato Programa com a ECALMA-EM”, (**Conforme Anexo XXVIII**).

6.3.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Deixaria também para um momento posterior se for justificado.”

6.3.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Sérgio Bastos, António Pedro Maco, Nuno Pinheiro, Luísa Ramos e o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.3.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É muito rápido e telegráfico, apenas para que conste em Ata do ponto de vista de declaração de voto em relação a esta matéria, nós iremos votar contra, por razões que já têm sido aduzidas noutros anos e não vale a pena repisar a não ser o facto



de o PSD continua a ter como visão que a existência da Empresa Municipal ECALMA não faz sentido, continuamos a manter a posição de que deveria ser extinta e ser substituída por uma força de Polícia Municipal, havendo a incorporação numa das divisões municipais de outras competências no que diz respeito à gestão do estacionamento.”

6.3.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Era só para reiterar a posição do Partido Socialista. O Partido Socialista pelas razões que também já foram aduzidas noutros momentos vai votar contra a Proposta do Contrato Programa da ECALMA, reconhecendo a necessidade que há de ordenar o tráfego na cidade de Almada e no Concelho de Almada, no entanto este parece-nos um contrato de programa relativamente parecido com o anterior e que deveria refletir sobre algumas das suas áreas e ser talvez mais ambicioso. Eu quando ouvi o Sr. Vereador José Gonçalves a dizer que era ambicioso a meta dos 50% e que já vai em 40%, se não me engano, da fatura eletrónica em relação aqui à ECALMA, nós temos uma proposta que é garantir nos cinco parques de estacionamento um aumento anual de 0,5% nos rendimentos obtidos com a venda de avenças. Ora, isso significa em termos de avenças fazer mais uma avença e meia por ano o que me parece claramente muito pouco para rentabilizar a utilização destes parques. Em relação ao projeto do Flexibus reconhecemos o caráter social que este meio de transporte tem no centro da cidade de Almada, no entanto tem despesas de cerca de vinte vezes superior àquilo que são os seus rendimentos. E pergunto se não devia haver um estudo que tornasse este meio de transporte mais abrangente em termos da área para que não fosse tão deficitário. Julgamos que pode ser um projeto eventualmente alargado a outras zonas da cidade.”

6.3.2.3 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas também para informar que o CDS-PP vai-se manter coerente relativamente aos votos nesta matéria. Acima de tudo entendemos que aqui a questão não será a ECALMA em si, mas sim o próprio estacionamento pago no Concelho de Almada, que nomeadamente a superfície, que entendemos que não faz qualquer tipo de sentido. Manteremos também a nossa posição e também desde sempre somos a favor da posição, logo que seja possível para a criação de uma Polícia Municipal.”



6.3.2.4 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Obviamente há questões que nos dividem em relação a esta matéria e não de dividir certamente sempre, nomeadamente a questão de considerarmos que uma Polícia Municipal não seria nunca uma alternativa a uma Empresa Municipal de Estacionamento, tanto é assim que a maioria dos Municípios que têm ou tinham Polícias Municipais criaram também empresas municipais de estacionamento, e existem as duas porque exatamente as empresas municipais agarram coisas que uma Polícia Municipal não pode agarrar, e a Polícia Municipal agarra coisas que uma empresa municipal não pode agarrar. Flexibus, parque de estacionamento, etc.. Obviamente nunca poderiam ser geridos por uma Polícia Municipal. Portanto pensamos que existe espaço para uma e para outra. A Empresa Municipal cumpre funções para que foi criada, nomeadamente a fiscalização do estacionamento no Concelho de Almada e que entretanto foi assumindo outras funções que têm uma componente social inerente e nomeadamente a questão do Flexibus que aqui também foi colocado pelo Sr. Deputado Sérgio Bastos. É evidente que sabíamos e conhecíamos à partida uma iniciativa como esta só poderia ter um caráter social e nunca poderia ser autossustentável.

A questão do alargamento e considerámos desde sempre que este nunca poderia ser conflituante com aquilo que é a obrigação de quem tem a concessão dos transportes públicos, do serviço público de transportes do Concelho de Almada, os TST nomeadamente, nunca poderia ser conflituante. Deveria ser encarado como apoio dado e foi assim como um transporte inclusivo para poder levar pessoas em zonas mais isoladas, pelo menos condição de acesso ao transporte público a zonas importantes do Concelho de Almada, onde elas necessitavam de aceder, desde logo os equipamentos municipais, mas também algumas instituições particulares de solidariedade social que dão apoio aos mais idosos. E foi com esse objetivo que ele foi criado, não foi propriamente da sua sustentabilidade económica, e aceitámos todos que assim o fosse, aliás candidatamo-lo a um programa comunitário exatamente nesse sentido. Hoje em dia estamos a avaliar alguns serviços que podem ser implementados no âmbito desse programa do Flexibus, um pouco na direção do que o Sr. Deputado colocou como é um circuito da saúde, digamos assim, que possa fazer a ligação ao



Hospital, Centros de Saúde, etc., a pessoas mais idosas e de zonas menos servidas em termos de transportes públicos no Concelho.

Quando falamos no Contrato de Programa, em aumento de 0,5% na venda das avenças é que é difícil aumentar mais, as avenças para residentes estão praticamente esgotadas, tiveram uma procura, tiveram uma aceitação pelas pessoas que são residentes naquelas áreas e aquilo que foram as balizas que foram dadas à ECALMA para o estacionamento, de avenças de residentes estão na maior parte dos parques com muito pouca folga para poder aumentar muito. Portanto, não sei se corresponderá aos 0,5%, mas não corresponde a uma grande folga de aumento, mas naturalmente se, se conseguir mais com certeza será importante.

Sobre a questão dos sábados, que foi colocada, obviamente que vamos estudar, quando nós criámos e aceitámos também criar esta ideia do estacionamento tarifado à superfície não foi propriamente para dar dinheiro a ganhar à ECALMA, digamos assim, foi muito mais para conseguir regular um estacionamento que considerávamos que era escasso em zonas de comércio e serviços. Nós temos um estacionamento que é aquele, fisicamente não pode deixar de ser aquele, só pode deixar construindo parques. Construimos cinco parques, como é conhecido e temos também a exploração do parque D. Afonso Henriques, mas a forma de aquele estacionamento ser aproveitado ao longo do dia, foi tarifá-lo para ele ter uma rotatividade mais elevada e que o mesmo lugar de estacionamento pudesse servir para quatro ou cinco veículos durante todo o dia, aumentando quatro ou cinco vezes a capacidade disponível de estacionamento junto à área de comércio e serviços. Foi esse o objetivo. Ao sábado de manhã continua a existir comércio e serviços, portanto foi por isso que no sábado de manhã, aliás já era antes de haver a ECALMA quando aqueles lugares eram concessionados à Bragaparcques já assim era, também era pagos durante o sábado de manhã e manteve-se. Mas naturalmente estamos perfeitamente disponíveis, entendemos que é uma das discussões que pode ser feita até no âmbito do que temos vindo a avaliar em termos da necessidade de ter um maior apoio ao comércio, as alterações no centro de Almada, tudo isso, estamos disponíveis para avaliar a possibilidade dessa alteração poder vir a ser realizada.”

6.3.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que eu tenho a fazer é só uma pergunta, uma vez que tive algumas informações de munícipes que se queixavam que neste momento em Almada Velha tinha havido



ou que há um número relativamente elevado de viaturas que têm dísticos e que estão nos lugares dos residentes, eventualmente nos lugares pagos, dísticos a dizer “ao serviço da Câmara Municipal de Almada” e que são viaturas particulares. Eu queria saber se isso de facto corresponde à realidade e até que ponto isso se enquadra no Regulamento de estacionamento.”

6.3.2.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A questão que se coloca neste ponto da ordem de trabalhos não é tanto definirmos se a ECALMA vai continuar ou não, se com este voto vamos criar a ACALMA ou vamos destruir a ECALMA. O que importa reter neste ponto da ordem de trabalhos é se este contrato programa se coloca de forma adequada à necessidade de havendo ECALMA de criar as condições para a sua continuação. Como sabemos existe legislação que determina em que moldes estas empresas municipais podem e devem continuar. Portanto, a questão que eu aqui gostava de colocar é que mesmo para quem defenda a criação da Polícia Municipal a sua postura perante este ponto da ordem de trabalhos não altera nada daquilo que possa vir a ser a criação de uma Polícia Municipal. O Sr. Vereador já referiu, em Lisboa temos Polícia Municipal e temos EML, aliás agora até mudou de estatutos para ter um outro âmbito, o que não deixa de ser curioso, porque já não é só uma empresa de estacionamento. Portanto, Srs. Deputados, nós votamos a favor da Proposta da Câmara, deste Contrato Programa porque entendemos que não podemos criar um vazio em função, a partir de uma votação contra o Contrato Programa para levar à prática uma coisa que alguns grupos em rigor votaram contra a criação e são contra a criação da ECALMA e a constituição e a manutenção da ECALMA.”

6.3.2.7 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação a este tema e pegando nas palavras da Sr.^a Deputada Luísa Ramos, deixar nota de que este é o ponto e este é o tempo correto para afirmar politicamente aquilo que é a nossa visão. Outra coisa será ao nível dos documentos de gestão da Empresa Municipal e o PSD a esse nível sempre teve uma postura responsável em relação aos documentos de gestão. Agora, estamos a falar do Contrato de Programa e é o momento político onde se define ou não define qual a opção e a opção da atual maioria é ter a ECALMA que nós respeitamos. Agora a nossa visão é que a solução deveria passar por não existir a ECALMA, existir uma



Polícia Municipal e parte das competências que hoje em dia tem a ECALMA delegadas pela autarquia poderiam ser assumidas por uma Divisão Municipal. Estamos a falar no campo da opção. Nós respeitamos a opção da maioria, politicamente nós temos o direito a ter a nossa. E é neste momento, na altura em que se faz a discussão do Contrato Programa e ao fim ao cabo aquilo que é delegar na Empresa Municipal das suas responsabilidades em relação ao âmbito da sua ação, que o PSD entende que deve afirmar a sua posição à existência da ECALMA e assim o faz. Tem-lo feito aqui e falo-a sempre, quando politicamente estiver em causa aquilo que é o descentralizar de competências da Câmara Municipal nesta Empresa Municipal. Para que fique claro, separamos aquilo que é a descentralização de competências daquilo que são os atos de gestão que aí sim pode e deve haver uma preocupação de, existindo a ECALMA ter que se viabilizar ou não do ponto de vista dos seus atos de gestão que é uma coisa na nossa opinião completamente distinta em relação ao Contrato Programa.”

6.3.2.8 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Efetivamente essa reclamação tem existido, conhecemo-la. Existe uma situação que veio, temos algumas viaturas particulares de funcionários da Câmara que estão ao serviço no dia a dia da Câmara pela particularidade do seu serviço, nomeadamente algumas viaturas estão afetas aliás aos Paços do Concelho e têm tido sempre lugar naquele estacionamento reservado que existe, junto dos Paços do Concelho. Houve uma alteração com a PSP ali naquele local, ainda não se conseguiu resolver ali um problema de estacionamento para essas viaturas e tem existido esse conflito. Estamos a tentar resolver, pensamos que nos próximos dias estará a situação ultrapassada, mas já conhecemos essa reclamação dos residentes daquela área, estamos a tentar ultrapassar.”

6.3.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta N^{os} 67/XI-2^o, que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), dezasseis votos contra (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa



da Caparica, do PSD e do CDS-PP) e quatro abstenções (de eleitos do BE, do PAN e Ind.), através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----

Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal uma proposta de Contrato Programa com a Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação - ECALMA-E.M. em cumprimento do Regime Jurídico da atividade empresarial local consagrado na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Considerando o disposto no artigo 47º, da referida Lei de que “A prestação de serviço de interesse geral pelas empresas locais e os correspondentes subsídios à exploração dependem da prévia celebração de contratos-programa...”.

Que, no âmbito do eixo de desenvolvimento Mobilidade Urbana e Acessibilidades e nas Linhas de Orientação para o período 2015-2017 do Município de Almada preveem assegurar a consolidação, o acompanhamento e a monitorização do Sistema de Mobilidade Inclusiva FLEXIBUS, tendo por referência o estudo de implantação, bem como prosseguir com o acompanhamento e avaliação da gestão e do funcionamento dos parques de estacionamento municipais com gestão atribuída à ECALMA.

Que a ECALMA vem desenvolvendo a sua atividade no quadro das atribuições e responsabilidades delegadas pela Câmara Municipal de Almada nomeadamente nas seguintes áreas:

- **Gestão dos parques de estacionamento subterrâneos/cobertos de acordo com os princípios orientadores para a gestão definidos em Contrato, desde Julho de 2010, procurando assegurar essa gestão de forma integrada com a gestão do estacionamento de superfície;**
- **Gestão dos parques de estacionamento descobertos da cidade da Costa da Caparica;**
- **Gestão do FLEXIBUS, assegurando integralmente o seu funcionamento de acordo com a filosofia do mesmo, contida no contrato de Gestão, desde Abril de 2010;**
- **Gestão e fiscalização dos lugares de residentes, cuja sustentabilidade própria não é garantida por não lhe estarem associados, até à data, quaisquer rendimentos.**

Que as receitas operacionais anualmente geradas por estas atividades são inferiores aos custos anuais pelo facto de se adotarem políticas condicionadas por



fatores de ordem social que não permitem que o desenvolvimento da atividade da ECALMA seja meramente determinada por uma lógica de pura racionalidade económica.

Que se torna necessário estabelecer as condições de financiamento pelo Município das atividades a desenvolver, cuja sustentabilidade não foi e não será garantida pelos proveitos gerados em algumas das atividades realizadas, cujo custo real é superior às receitas;

Importa assim celebrar novo contrato-programa.

Nestes termos e para os efeitos da alínea n), nº 1, artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do nº 5, do artigo 47º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a Assembleia Municipal de Almada aprova o Contrato Programa da ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação - E.M., nos precisos termos da deliberação camarária de 03 de dezembro de 2014.

6.4 - Entrou-se nos pontos 3.8 e 3.9 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 68/XI-2º e 69/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 03/12/2014, sobre “Recrutamento para preenchimento de postos de trabalho para Fiscal Municipal” e “Recrutamento para preenchimento de postos de trabalho para Auxiliar de Ação Educativa e alteração ao Mapa de Pessoal para 2015 da Câmara Municipal”, respetivamente, (**Conforme Anexos XXIX e XXX**).

6.4.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1.1 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A primeira Proposta visa solicitar à Assembleia Municipal o recrutamento de 15 fiscais municipais em regime naturalmente de excecionalidade. Gostaria de partilhar com a Assembleia Municipal as elevadas responsabilidades que o Município tem do ponto de vista da fiscalização, designadamente em áreas de tão grande relevância como as relacionadas com a urbanização e edificação, a publicidade, a ocupação do espaço público, os regulamentos municipais, deliberações, posturas e identificada a saúde de um conjunto de trabalhadores e a necessidade de naturalmente responder a estas responsabilidades do Município. A Proposta que trazemos é a de recrutamento de 15 fiscais municipais para reforço da nossa Divisão de Fiscalização Municipal, naturalmente solicitando à Assembleia Municipal que este recrutamento excecional



decorra com a maior celeridade, no sentido de garantir esta resposta tão relevante. Portanto, 15 fiscais municipais é mais um recrutamento que aqui solicitamos para o reforço da equipa municipal numa área estratégica e central da nossa intervenção.

Segunda Proposta resulta do protocolo de competências delegadas na área da educação, identificada a necessidade de auxiliares da ação educativa de acordo com este protocolo entre o Ministério da Educação e o Município, o que se solicita é também a autorização de recrutamento através de reserva de recrutamento dado que há um recrutamento com lista de classificação válida recentemente efetuado, com recente aprovação na nossa Assembleia Municipal e portanto aprovado que seja pela nossa Assembleia rapidamente podemos colocar nas escolas estes cinco postos de trabalho. É também uma situação de grande emergência, de grande necessidade e que só agora se pode acionar no sentido de que só agora o Ministério também autorizou alguns destes lugares. Portanto, resultante disso também solicita-se naturalmente que o Mapa de Pessoal 2014 e o Mapa de Pessoal para 2015 sejam adaptados relativamente a estas vagas e a este preenchimento no sentido de estarem em conformidade com o recrutamento que agora se propõe.

Portanto, 15 fiscais municipais, 5 auxiliares da ação educativa, mais 20 trabalhadores para o Município.”

6.4.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas:

6.4.2.1 - A Proposta Nº 68/XI-2º, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----

A Assembleia Municipal de Almada nos termos legais aprovou os instrumentos de gestão para o ano de 2014, entre os quais o Mapa de Pessoal que contempla os postos de trabalho necessários à prossecução dos objetivos e estratégia do Município definidos nomeadamente nas Opções do Plano e Orçamento para 2014.

A deliberação da Assembleia Municipal sobre o Mapa de Pessoal, contempla a previsão dos postos de trabalho para a satisfação de necessidades de natureza permanente e inerentes ao acréscimo de atividade e também decorrentes de saídas por exoneração, aposentação e falecimento, sendo que, a ocupação dos postos de trabalho para o efeito criados assume relevância determinante no cumprimento das ações consagradas no Plano de Atividades, importando para tanto promover o seu



preenchimento, por forma a assegurar a execução das atividades operacionais programadas.

Assim e considerando que a proposta de iniciativa da Câmara Municipal submetida à apreciação da Assembleia Municipal cumpre com rigor as disposições legais inscritas nos vários diplomas e também demonstra que os encargos com os recrutamentos estão previstos no orçamento.

Encontram-se identificadas as necessidades de recrutamento e formalmente reconhecidas, pelo Órgão Deliberativo do Município aquando da aprovação do Mapa de Pessoal 2014, como indispensáveis à concretização das atividades de natureza permanente e regular programadas e conseqüentemente necessárias a garantir o cumprimento das obrigações de prestação de serviço legalmente estabelecidas, reconhecendo-se assim relevante interesse público que a referida atividade encerra.

A urgência em garantir o célere preenchimento dos postos de trabalho resulta de, destes depender o regular e adequado funcionamento da Divisão de Fiscalização Municipal, sendo responsável por efetuar a fiscalização, a cargo do Município, do cumprimento da legislação em matéria de urbanização, edificação, de publicidade ou de outras matérias da competência Municipal, bem como dos regulamentos municipais, deliberações, posturas ou de outros atos dos órgãos municipais tomadas nesse âmbito.

Também ponderada a evolução global dos recursos humanos do Município destaca-se:

- A efetiva redução do número de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, demonstrada na comparação dos postos de trabalho preenchidos a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013;
- Elevado cuidado no diagnóstico e análise das necessidades, de modo a restringir os postos de trabalho a preencher às situações essenciais e prioritárias, tendo em consideração e respeito as políticas nacionais estabelecidas sobre a matéria.

Estão assim portanto reunidos, a montante, os requisitos legalmente exigíveis nos termos da alínea a), do nº 2, do artigo 64º, da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, evidenciada que está a necessidade de preenchimento célere dos postos de trabalho em apreço.



Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, no seu artigo 64º, nº 2 e da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 25º, nº 1, alínea o) e nº 2, alínea k) aprova a proposta da Câmara Municipal nos termos da deliberação camarária de 03 de dezembro de 2014, deliberando assim autorizar a Câmara Municipal a abertura de procedimentos concursais, mediante recrutamento excepcional, demonstrado o interesse público, se e apenas, quando decorrido o procedimento concursal e na sequência da homologação da lista de ordenação final, se verificar a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa, nos termos previstos no nº 3, do artigo 30º, anexo da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial, requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade, o que será sempre precedido da adoção de todos os trâmites, procedimentos e obrigações legais vigentes, para preenchimento dos quinze (15) postos de trabalho na carreira de Fiscal Municipal.

6.4.2.2 - A Proposta Nº 69/XI-2º, foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

-----Deliberação-----

Considerando que o Mapa de Pessoal do Município para 2014 contempla a previsão de postos de trabalho para a satisfação de necessidades de natureza transitória e temporária, nomeadamente, necessidade de assegurar as atribuições e competências delegadas pelo Governo no Município, em matéria de educação designadamente garantindo a afetação de pessoal não docente aos jardins de infância da rede pública permitindo assim garantir o regular funcionamento dos respetivos estabelecimentos de ensino.

É assim que o Mapa de Pessoal para 2014 prevê o preenchimento de cinco (5) postos de trabalho, na carreira/categoria de Assistente Operacional, para exercício de atividade de Auxiliar de Ação Educativa, em regime de contrato de trabalho por tempo determinado, com prazo de duração de 1 ano, eventualmente renovável ao abrigo da legislação em vigor e que são necessários para garantir a afetação do pessoal não docente dos equipamentos de educação pré-escolar pública ao abrigo do Acordo de Colaboração celebrado com o Ministério da Educação.

Considerando também que a Proposta da Câmara Municipal submetida à apreciação da Assembleia Municipal atesta e explicita o cumprimento do enquadramento legislativo aplicável para efeitos de recrutamento.



Considerando a autorização do Ministério de Educação e Ciência em 21/11/2014, mediante despacho do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, para a anexação ao Acordo de Cooperação no âmbito do Ensino Pré-Escolar, no corrente ano escolar de 2014/2015, de mais duas contratações de assistentes operacionais para apoio a crianças com necessidades especiais em jardins-de-infância pertencentes a este município.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 1 e k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 2, do artigo 64º, da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro e com o artigo 29º, do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, aprova a Proposta da Câmara Municipal nos precisos termos da deliberação camarária de 03 de dezembro de 2014, deliberando:

1. Aprovar o recurso à reserva de recrutamento, constituída na sequência da homologação, proferida em 03-07-2014, da Lista Unitária de Ordenação Final do Procedimento Concursal Comum, cujo aviso de abertura foi publicado na 2ª série do Diário da República nº 229, de 26-11-2013, 2ª série, para ocupação de cinco (5) postos de trabalho na carreira categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa), mediante recrutamento excecional, demonstrado o interesse público se, e apenas, se verificar a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa, nos termos previstos no nº 4, do artigo 30º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, o que será sempre precedido da adoção de todos os trâmites, procedimentos e obrigações legais vigentes, para o seu preenchimento;
 2. Alterar o mapa de pessoal de 2014 dotando a carreira de Assistente Operacional/Auxiliar de Ação Educativa com cinco postos de trabalho a preencher;
 3. Alterar a proposta de Mapa de Pessoal para 2015, aprovado por deliberação de Câmara na reunião de 29 de outubro, dotando a carreira de Assistente Operacional/Auxiliar de Ação Educativa com seis postos de trabalho.
- 6.5 - Entrou-se no ponto 3.10 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 70/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16/12/2014, sobre “Regulamento do Bairro da Nossa Senhora da Piedade - Obras de Edificação”, (Conforme Anexo XXXI).



6.5.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós aguardávamos as observações que os Srs. Deputados queiram colocar.”

6.5.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 70/XI-2º, que foi aprovada por unanimidade através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----

Considerando que o Bairro da Nossa Senhora da Piedade surgiu por promoção direta do Estado, de casas económicas destinadas ao operariado, na periferia da Cidade de Almada, mas também na sua proximidade imediata, viabilizando assim, as deslocações casa/trabalho, constituindo-se como uma pequena unidade urbana isolada e fechada em si própria, sendo certo que, o facto de ter sido uma operação planeada e o contexto social dos destinatários, conferiu-lhe, naturalmente, um carácter unitário e identitário próprios;

Considerando que os projetos das diversas tipologias, tendo sido elaborados em época anterior à publicação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas e portanto sem regras que impusessem as condições mínimas de habitabilidade dos fogos, resultaram na construção de tipologias que, logo após a entrada em vigor no mencionado regulamento, não se conformavam com os critérios mínimos, designadamente, de conforto e de dimensão, ainda hoje vigentes;

Tendo presente que não obstante as restrições do ponto de vista da habitabilidade resultantes das tipologias originais, o marcado fator identitário e singular do “Bairro” tem-se constituído como um aspeto determinante na procura que se tem verificado, por famílias, que procuram no contexto da Cidade uma oferta qualificadora e diferenciada, sustentada numa tipologia e vivência urbana próprias.

Considerando que é necessário dotar o bairro e as respetivas unidades habitacionais, dos meios necessários à sua adaptação e requalificação da vivência contemporânea, de forma a que as construções mantenham a sua identidade e coerência com o contexto urbano em que se inserem.

Impõe-se assim a necessidade de estabelecer regras precisas que, possibilitem a adaptação das tipologias existentes, permitindo a existência de melhores condições de conforto, nomeadamente no que se refere às áreas dos compartimentos das



habitações, sem que com isso se descaracterize o “Bairro”, mantendo-se os elementos arquitetónicos e urbanos essenciais que lhe conferem o carácter unitário e identitário mencionados.

Considerando também que a Câmara Municipal, em cumprimento das disposições legais, submeteu a apreciação pública o projeto de Regulamento do Bairro, através de Edital e sua publicação no Diário da República, de 26 de fevereiro, 2ª série e ainda realizou duas sessões com os cidadãos de apresentação e discussão do referido projeto de regulamento.

Considerando ainda que a apreciação pública proporcionou a apresentação de duas propostas que determinaram quatro alterações.

Considerando finalmente que a Câmara Municipal submete à apreciação da Assembleia Municipal o Projeto de Regulamento do bairro da Nossa Senhora da Piedade.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Regulamento do Bairro da Nossa Senhora da Piedade, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2014.

6.6 - Entrou-se no ponto 3.11 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 71/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16/12/2014, sobre “Regulamento Municipal de Emergência Social”, (**Conforme Anexo XXXII**).

6.6.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.6.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta matéria já foi sobejamente tratada podemos dizê-lo, nos seus contornos políticos ao longo da discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento, aqui trata-se da Proposta concreta de criação do Plano Municipal de Emergência e da definição do quadro da nova abordagem com que esta matéria pretende ser tratada, a sublinhar que aquilo que aqui trazemos resulta do diálogo de entendimento com o vasto conjunto de instituições largamente prestigiadas pelo trabalho já desenvolvido nesta matéria e que por estas razões e os fins a que se destina deve merecer no nosso entender a aprovação desta Assembleia até para que tenha a força política que necessita para os vários aspetos da sua concretização. A dotação orçamental ara a



realização deste Plano está assegurada e naturalmente existe o nosso compromisso já firmado noutra ocasião de que se, se vier a verificar necessidade do reforço da verba que está destinada na visão orçamental que está prevista para abril, temos disponibilidade para esse reforço.”

6.6.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Maria d’Assis e Carlos Guedes.

6.6.2.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria d’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente a esta Proposta, este Programa Especial de Emergência Social, o Partido Socialista face aos avolumados problemas das famílias em situação de maior carência económica, decorrendo das inúmeras alterações de medida de política e que eu passo até a exemplificar algumas situações. De facto este Governo tem criado algumas medidas que têm não só dificultado o acesso a algumas prestações bem como quer por alteração da legislação, quer inclusive alterando também as referências, os montantes de referência o que tem diminuído substancialmente as prestações que as famílias recebem. É o exemplo de facto do Rendimento Social de Inserção, é de facto a diminuição em termos do Complemento Solidário para Idosos, que não só há uma limitação ao acesso bem como os valores de referência alteraram e portanto muitas pessoas viram diminuir a prestação ou até deixaram de a ter, ao cancelamento, à suspensão ao nível do abono de família, a diminuição do subsídio de desemprego e portanto face, numa situação de crise as famílias com maior carência têm tido a sua vida muito mais dificultada. Este Programa de facto vai ajudar a colmatar alguns problemas nomeadamente para despesas inadiáveis, para alguns bens de primeira necessidade e portanto é uma Proposta válida. No entanto não posso deixar de dizer de facto, penso que é a primeira Proposta com forte intencionalidade que a Câmara apresenta para as famílias com maior desvantagem, com maior dificuldade social.”

6.6.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda não pode deixar de referir em primeiro lugar que acompanha as palavras que o Sr. Presidente da Câmara já aqui disse hoje, era evidentemente preferível que não houvesse necessidade de recorrermos a este tipo de programas. No entanto vendo essa necessidade por força das circunstâncias e por força das políticas que nos têm vindo a ser impostas por parte deste Governo do PSD/CDS,



naturalmente que houve necessidade de exigir, por isso não podemos deixar de nos congratular por vermos hoje chegar a esta Assembleia esta proposta de Programa Especial de Emergência.”

6.6.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 71/XI-2º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

-----Deliberação-----

Considerando que também na área do concelho de Almada verificou-se com maior incidência nos últimos anos a existência de Cidadãos e Famílias em situações de emergência social traduzidas em perda de habitação e em incapacidade em fazer frente a despesas básicas, afetando mesmo a indispensável prestação de cuidados às crianças envolvidas.

Tendo presente que o Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social e é constituída por um contrato de inserção, consubstanciado em medidas a adotar pela instituições e pelas famílias tendo em vista promover a integração social e profissional destes, e uma prestação em dinheiro para satisfação de necessidades básicas.

No entanto as últimas alterações legais a esta medida excluíram inúmeras famílias que também apresentam situações de grande carência ou situações pontuais de grave emergência sendo canalizadas para o Atendimento e Acompanhamento em Ação Social.

No Concelho são oito as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com intervenção nesta área: Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta, Centro Paroquial de Cristo Rei, Santa Casa da Misericórdia de Almada, Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro Feijó, Associação Solidariedade e Desenvolvimento do laranjeiro, Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Conceição da Costa da Caparica, AMI e Associação Vale de Acór. A Segurança Social assegura também o atendimento em Ação Social nas áreas do território não cobertas pelas IPSS.

Procurando reforçar os recursos locais de apoio a pessoas em situação de pobreza, as IPSS e as organizações não governamentais têm desenvolvido um importante trabalho de recolha, armazenamento e distribuição de alimentos, de



acordo com as campanhas de nível nacional do Banco Alimentar e com as disponibilidades do Programa Comunitário de Apoio Alimentar a Carenciados, quer ainda em função da mobilização própria junto das grandes superfícies comerciais locais.

Entretanto a ação municipal neste âmbito tem-se concretizado, ao longo dos anos, através de protocolos de colaboração e de parcerias institucionais, estimulando e reforçando a implementação das respostas sociais mais adequadas aos problemas das pessoas e grupos mais vulneráveis, assumindo uma função de complementaridade de esforços e de contributos, na perspetiva da coesão social.

Em 2012 a Câmara Municipal definiu um Plano Municipal de Emergência com uma linha de apoio às IPSS para investimento, com vista a reforçar a capacidade instalada ao nível dos seus recursos físicos, para apoio às pessoas em situação de maior carência. Foram nesse quadro atribuídos subsídios para aquisição e apetrechamento de espaços destinados ao armazenamento de víveres, roupas e outros bens e equipamentos para conservação de alimentos, bem como para aquisição de viaturas adaptadas para transporte de alimentos e de pessoas com mobilidade reduzida.

Perante o aumento das situações de emergência social, o Município avança com uma parceria com as entidades que acompanham indivíduos e famílias no âmbito do RSI e Ação Social, com vista à sua implementação, desenvolvimento e avaliação.

O Plano Municipal de Emergência tem por objetivos reforçar as respostas existentes para apoio às situações de grave carência e de emergência social dos munícipes e contribuir para colmatar pontualmente os impactos de situações de pobreza extrema. Consiste num apoio pecuniário, de natureza excepcional, pontual e temporária, podendo ser atribuído por um período máximo de seis meses abrangendo as seguintes vertentes:

- Despesas de habitação: renda, água, luz, gás;
- Medicação, transportes e documentação prioritária;
- Bens de primeira necessidade, para crianças até um ano de idade.

A distribuição da verba afeta a este Plano, no valor de duzentos mil euros, pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social subscritoras, são definidos como critérios base o número de beneficiários/utentes acompanhados por instituição e as necessidades destes.



Neste quadro a Câmara Municipal deliberou aprovar um Programa Especial de Emergência Social através de Protocolos de Parceria do Plano Municipal de Emergência e submete-lo à apreciação da Assembleia Municipal sem que para tanto esteja legalmente obrigada;

A proposta é atribuir às Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS, com processos de RSI e de Ação Social os seguintes novos apoios:

Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro -----	15 150€
Associação Vale de Acór -----	500€
Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro Feijó -----	10 150€
Centro Social Paroquial de Cristo Rei -----	10 140€
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição da Costa da Caparica -----	22 500€
Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta -----	21 890€
Santa Casa da Misericórdia de Almada -----	19 670€

Nestes termos e em presença da proposta apresentada pela Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Almada aprova o Programa Especial de Emergência Social nos precisos termos da Deliberação Camarária de 16 de dezembro de 2014.

6.7 - Entrou-se no ponto 3.12 da agenda com a apreciação e votação da Proposta N.º 72/XI-2.º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16/12/2014, sobre “Plano Municipal para a Igualdade de Género”, (Conforme Anexo XXXIII).

6.7.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.7.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aguardamos que os Srs. Deputados coloquem algumas questões.”

6.7.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Maria d’Assis, Pedro Oliveira e a Sr.ª Vereadora Amélia Pardal.

6.7.2.1 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria d’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente também a esta Proposta da criação de um Plano Municipal para a Igualdade de Género, eu penso que também temos que nos congratular de facto com esta Proposta, com a criação deste instrumento e da sua monitorização. No entanto não posso deixar de dizer que simultaneamente de facto em que ele é redigido há



necessidade de paralelamente ou complementarmente o próprio Município obviamente em parceria com os parceiros sociais de criar respostas ajustadas que permitam que a igualdade de género se possa efetivar de uma forma mais plena possível. Nesse sentido não posso deixar de referir em simultâneo com a criação do Plano, deve ser equacionada de facto as famílias, para a conciliação da sua vida familiar e profissional e portanto as questões em igualdade do género necessitam de respostas que permitam esta conciliação. Nesse sentido eu gostaria de relembrar, pese embora também reconheça que a Câmara já deu alguns passos no sentido do reforço das verbas para alimentação da implementação dos períodos de interrupção letiva, da criação de respostas para crianças e jovens ao nível dos períodos de interrupção letiva, e inclusive também alertar porque eu tenho conhecimento que algumas associações de pais que até desenvolveriam esta atividade nos períodos letivos, algumas nomeadamente a Sobreda, a Associação de Pais está no processo de insolvência e esta resposta está deficitária e por outro lado também por insuficiência económica nem sempre os miúdos que são abrangidos nestas respostas são os mais carenciados.

Quero referir que independentemente de a Câmara ter feito um esforço no alargamento nas últimas três semanas de julho e o mês de setembro a nível de apoio à família, da necessidade de ajustar o horário às necessidades das famílias nalgumas situações. No levantamento que é algo que há muito tempo se fala e em Almada à exceção de uma iniciativa privada das necessidades de cobertura nas partes da manhã, da tarde ou até da noite, no sentido da criação de uma resposta que permita de facto estas crianças não ficarem numa situação de grande fragilidade. Por outro lado também penso que era importante que em termos da atribuição de fogos camarários que houvesse uma discriminação positiva relativamente às famílias monoparentais.

Pela minha profissão de facto gosto de apontar os exemplos que permitam de certo modo as respostas que o vão permitir de facto, haver uma grande resposta, caminhar para uma igualdade do género.”

6.7.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda quer salientar o significativo passo em frente que é dado com este Plano Municipal para a Igualdade do Género e gostaríamos de salientar alguns dos aspetos que estão referidos como perspetiva de trabalho concreto, que é a



elaboração de uma carta manifesto “Almada Terra de Igualdade de Género” a elaborar até final de 2015. Portanto é uma programação que nós consideramos adequada à circunstância, a criação de um Fórum Municipal para a Igualdade de Género composto por representantes do Poder Local e por parceiros regionais e locais, também com uma programação datada até final de 2016 e também fazer referência à importância de uma eventual adesão do Município de Almada à Carta Europeia para a Igualdade de Mulheres e Homens na Vida Local. Portanto, não poderíamos deixar de destacar sem ter menos atenção por todos os outros aspetos que estão previstos neste Plano Municipal para a Igualdade de Género que são de facto diversificados e correspondem a preocupações que são significativas, mas estes aspetos que realcei merecem o apoio e a subscrição completa do Bloco de Esquerda.”

6.7.2.3 - A Sr.ª Vereadora Amélia Pardal, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostaria só de dizer duas ou três coisas, também me parece que é um momento fundamental a aprovação deste Plano. Queria também dizer que este Plano teve um processo de participação quer pelos Vereadores, quer pelos Srs. Deputados e Deputadas Municipais, penso que muito aquém daquilo que seria desejável num processo desta natureza e portanto penso que também é importante mais do aprovarmos um Plano o desenvolvermos e nos envolvermos definitivamente de forma ativa na concretização deste Plano. Tive oportunidade de transmitir isso também ao Sr. Presidente da Assembleia quando se desenvolveu a reunião. Não tenho presente neste momento, mas foi um número muito pequeno de Deputados e Deputadas e penso que era importante cada um de nós e todos nós eleitos assumíssemos isto como instrumento do nosso trabalho fundamental também no Concelho.

Dar nota que as questões levantadas pela Deputada Maria D’Assis, são questões que têm que estar como outras incorporadas naquilo que venha a ser o Plano. O Plano é um processo de construção, aquilo que aqui está são linhas fundamentais de Plano, tem um conjunto de itens que definem objetivos para a definição deste Plano, mas o Plano não é de todo uma coisa acabada e portanto é um processo de evolução e de apreensão também por cada um de nós e pela comunidade.

Dizer também que coloca um conjunto de questões interessantes, mas há questões a montante disto tudo fundamentais para que a igualdade de género se concretize, é preciso que haja redução de horário de trabalho, é preciso que as pessoas tenham



respostas sociais capazes, respostas na saúde, na educação, portanto a questão da igualdade de género é fundamental quando se aprova este Plano, porque põe a questão na ordem do dia e nos obriga a todos, nos deve obrigar a todos e a todas naquilo que é o nosso trabalho e a nossa intervenção, mas obriga-nos também a pensar numa forma de organização das comunidades da cidade completamente diferente daquela que temos hoje. Porque penso são passos muito importantes mas que exigem processos de transformação muito mais profundos e cada um de nós e cada uma de nós tem obrigação de trabalhar nesse sentido.”

6.7.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 72/XI-2º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----

A Câmara Municipal em reunião realizada em 16 de abril do corrente ano assumiu em deliberação de que “A promoção da igualdade de género deve assumir na sociedade contemporânea, um carácter prioritário da intervenção das instituições em geral, e das entidades de natureza pública, em particular, tendo em vista o cumprimento de objetivos fundamentais estabelecidos na Constituição da República Portuguesa bem como noutros instrumentos jurídicos nacionais e internacionais subscritos por Portugal”.

No desenvolvimento do trabalho tendente à construção de um concelho que afirma e pratica a Igualdade de Género que decorreu entretanto, a Câmara Municipal apresenta e submete à apreciação da Assembleia Municipal a seguinte proposta de Plano Municipal para a Igualdade de Género:

- **Constituição de uma equipa técnica interna que, com a Comissão constituída no âmbito da Vereação, dinamize e acompanhe a concretização e monitorização do PMIGAlmada;**
- **Elaboração, em articulação com diferentes parceiros e com equipa técnica de investigação, um diagnóstico sobre igualdade de género no Concelho de Almada;**
- **Redação de um guião de linguagem que utiliza nas expressões oral e escrita que promova uma linguagem respeitadora da igualdade de género na diversidade; elaborado até final de 2015 a ser usado a partir de 2016;**
- **Elaboração de uma Carta/Manifesto Almada - terra de igualdade de género - a elaborar até final de 2015;**



- **Desenvolvimento de políticas municipais internas que contribuam efetivamente para a igualdade de género na estrutura e funcionamento do Poder Local;**
- **Desenvolvimento de projetos que sensibilizem e promovam a igualdade de género, nas diferentes áreas intervenção municipal, designadamente na educação, juventude, cultura, desporto, intervenção social, informação e comunicação - PAC, Férias Jovens, Serviços educativos, concurso de graffitis, programação cultural, programas desportivos, concursos literários, IG nas diferentes comunidades e etnias, entre outros;**
- **Realização de iniciativas de reflexão e debate sobre IG e produção de documentos em diferentes suportes, considerando diferentes atores e públicos alvo - a partir do 2º semestre de 2015;**
- **Realização de um seminário/conferência sobre as questões da IG, (em 2016) na sequência do estudo diagnóstico a realizar;**
- **Criação de um fórum municipal para a Igualdade de Género, composto por representantes do Poder Local e por parceiros locais, regionais e nacionais que se considerem relevantes no contexto em presença - até final de 2016;**
- **Edição de uma newsletter associada à IG; criação de uma imagem/logo associada a este Plano; conceção de uma linha de materiais para edição e/ou produção para distribuição e/ou venda;**
- **Ponderar condições para a elaboração de uma candidatura do PMIGAlmada ao novo quadro comunitário Portugal 2020;**
- **Articulação deste trabalho com a Assembleia Municipal;**
- **Implementar PMIGAlmada a partir de janeiro de 2015;**
- **Avaliar e preparar a eventual adesão do município de Almada à Carta Europeia para a Igualdade de Mulheres e Homens na Vida Local;**
- **Ponderar da participação do Município em estruturas, redes e iniciativas visando a Igualdade de Género.**

Nestes termos e atendendo à sua importância e para os devidos efeitos a Assembleia Municipal aprova o “Plano Municipal para a Igualdade de Género - PMIGAlmada” nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de dezembro de 2014.

7 - Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.



- 8** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Ivan da Costa Gonçalves, António José de Sousa Matos, Vítor Manuel dos Santos Castanheira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco Miguel Pereira Cardina e Maria do Carmo Mira Borges.
- 9** - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, das Srs. Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de dezassete Srs. Munícipes.
- 10** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 11** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 20 de dezembro de 2014.
- 12** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____